



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

DARLY ANDERSON CALUMBY DOS SANTOS

**“PORQUE TUDO QUE ERA MEU FICOU LÁ”:
REGISTRO DAS MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DE
PESCADORES DO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE.**

LARANJEIRAS-SE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA

DARLY ANDERSON CALUMBY DOS SANTOS

**“PORQUE TUDO QUE ERA MEU FICOU LÁ”: REGISTRO DAS
MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DE PESCADORES DO
MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Museologia, pela
Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José
Ferreira Aguiar

LARANJEIRAS-SE

2019

**“PORQUE TUDO QUE ERA MEU FICOU LÁ”: REGISTRO DAS
MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DE PESCADORES DO
MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Museologia da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Museologia.

Nota:

Data da Apresentação: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr^a Neila Dourado Gonçalves Maciel
(Membro Convidado - Interno)

Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto
(Membro Convidado - Externo)

Dedico este trabalho a todos que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos neste processo. Em especial a minha avó, Celita Alves de França, por todo incentivo para a conclusão de Curso no Bacharelado em Museologia.

AGRADECIMENTOS

Uma história, um sonho, uma vida de descobertas não é escrita e realizada sozinha, antes do meu querer, teve pessoas por traz sendo o combustível para a realização desse sonho.

Por mais que eu tente dimensionar o tamanho da minha gratidão a todas e todos, ainda assim, serão insuficientes aqui, precisaria de um livro que descreveria a importância dos envolvidos nesse processo durante os quatro anos da graduação em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe.

Quero agradecer a Deus, por toda força, proteção e livramento durante o percurso até a realização da graduação em Museologia.

A minha base e referência, minha mãe, Rejane Walkiria Calumby Pereira, nome e pessoa que foi o meu maior exemplo de honestidade, amor, lealdade e respeito.

A minha tia Wedna Calumby e minha avó Celita Alves de França, que não mediram esforços quando se tratou de sonhos e buscou de todas as maneiras ajudarem para que eu chegasse até aqui, cuidando, auxiliando e acrescentando força, incentivo e coragem transmitida pelas próprias histórias de vidas.

Ao meu pai Manoel Alfredo dos Santos Filhos, que mesmo a vida não sendo tão generosa, nunca deixou de acreditar e me apoiar nos estudos.

Aos meus queridos avôs, Manoel Alfredo dos Santos e Maria Fernandes dos Santos (in memoriam), pessoas que traduziram a mim a importância de viver e de respeitar as pessoas, que desde a minha infância me guiaram através do amor e mesmo não estando presentes fisicamente, sei que onde estiver estão orgulhosos pelo caminho que resolvi trilhar.

A minha avó, Antonia Rosa e tias Ana Fábria e Ana Rita, por toda torcida, carinho e ajuda. Vocês que traduziram a mim desde a infância os aspectos de amor

Aos meus irmãos, Mallone, Ruan e Felipe, por toda parceria na vida, incentivo, carinho e respeito. Vocês estão se formando comigo, tenham certeza!

Ao meu querido, Kaique Matheus, por toda participação nessa trajetória que alimentou vínculos de carinho, respeito, cumplicidade e lealdade. Obrigado por nos momentos de incertezas traduzir as melhores palavras que alguém poderia ouvir e contribuir para que essa pesquisa desse certo.

A Universidade Federal de Sergipe, que se tornou meu espaço de aprendizagem e formação profissional.

A CasAmor (Casa de acolhimento LGBT de Sergipe, em nome de Linda Brasil e Rafael Machado, por ceder o espaço para a defesa desse trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. Fernando José Ferreira Aguiar, por todos os ensinamentos, discussões e ideias que acrescentou ao meu trabalho.

A Brejo Grande, Povoado Cabeço e Saramém, em nome de todos e todas que abriram suas portas e me receberam, contribuindo com o trabalho e com a minha formação.

Aos funcionários do Campus Laranjeiras, que de certa forma nos recebe todos os dias com seu “bom dia” encorajando a caminhada.

Ao Departamento de Museologia (DMS), em nome de todas e todos os professores e professoras, por todo ensinamento durante a graduação que culminou na execução desse trabalho.

Aos professores que fizeram parte da banca, Neila Maciel e Clovis Carvalho, que trouxeram discussões pertinentes, aprimorando o trabalho e tornando ainda mais eficaz para a Museologia Sergipana.

A Galeria de Arte J. Inácio e a FUNCAP (Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe) pela oportunidade concedida que contribuiu significativamente para a minha formação de forma a exercer a parte prática durante um ano de estágio que me nutriu experiências que levarei para a vida. Em especial, a Jane Junqueira, Simone, Marizza e Vânia, com vocês aprenderam muito sobre humanidades e relações que culminam na nossa construção profissional.

Em especial, a Professora Veronica Nunes que nas aulas sempre me despertou para pesquisar o povoado Cabeço e trouxe contribuições significativas. Ainda assim, quando parecia impossível estar na universidade, através de processos seletivos fui monitor bolsista de duas disciplinas ministradas por ela. Meu carinho e gratidão, professora.

Por fim, aos colegas de Curso que contribuíram de certa forma para laços afetivos e tornaram a caminhada mais humana, Rafael Machado, Douglas Neco e Vanessa Vargas.

“[...] e as águas do mar vão sobre o rio adentro.

Apenas o velho farol resiste,

com a diminuição da vazão do rio,

Cabeço, povoado, não mais existe. [...]”

JOZE DDONATO.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo de estudo investigar a comunidade de pescadores do povoado Cabeço, que fica localizado no município de Brejo Grande/SE. Pretende-se a partir do conceito de memória construir um estado da arte tendo por ambiência de análise a comunidade de pescadores, sobretudo, realizar um levantamento de fontes em instituições, como também, identificar as principais lideranças da comunidade. No final do século XX e início do XXI a comunidade começou a sentir os impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada entre os municípios de Canindé do São Francisco/SE e Piranhas/AL. A concussão ocasionou no avanço do Oceano Atlântico sobre o Rio São Francisco, atingindo o território dos pescadores(as) que ficou submersa ao Mar. Tendo em vista esses acontecimentos pretende-se pensar a Museologia Social como um campo de estudo que tem permitido mo avanço para potencializar as sociabilidades que se constroem para além dos espaços museológicos, sendo considerado um ganho significativo para a área no que se constituem os espaços museais, permeado de signos e significados, operante em diversos lugares, atribuindo-lhes e reconhecendo diversas formas de expressões que existem no Brasil. Ainda assim, recorre-se a Museologia Decolonial como vertente teórica do Campo da Museologia Social para dar conta do objeto de estudo aqui supracitado. Espera-se, no entanto perceber as dicotomias existentes entre os discursos oficiais através das narrativas dos moradores, identificando-os como os verdadeiros guardiões da sua verdadeira história numa perspectiva decolonizadora.

Palavras Chave: Povoado Cabeço, Museologia Social, Memória, Museologia Decolonial.

ABSTRACT

This study aims to investigate the community of fishermen in Cabeço settlement, located in the municipality of Brejo Grande / SE. The concept of memory is designed to build a state of the art with the aim of analyzing the fishing community, above all, carrying out a survey of sources in institutions, as well as identifying the main leaders of the community. At the end of the XX century and beginning of XXI the community began to feel the impacts of the construction of the Xingó Hydroelectric Power Plant, located between the municipalities of Canindé do São Francisco / SE and Piranhas / AL. The concussion caused in the advance of the Atlantic Ocean on the São Francisco River, reaching the territory of the fishermen (as) that was submerged to the Sea. In view of these events it is intended to think Social Museology as a field of study that has allowed the advance to enhance the sociabilities that are built beyond the museological spaces, being considered a significant gain for the area in which museum spaces are built, permeated by signs and meanings, operating in several places, attributing them and recognizing various forms of expressions that they exist in Brazil. Nevertheless, it is used the Decolonial Museology as a theoretical aspect of the Field of Social Museology to give account of the object of study mentioned above. It is hoped, however, to perceive the dichotomies existing between the official discourses through the narratives of the inhabitants, identifying them as the true guardians of their true history in a decolonizing perspective.

Keywords: Cabeço Village, Social Museology, Memory, Decolonial Museology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 01 – Usina Hidrelétrica de Xingó, Canindé de São Francisco/SE.....	61
Fig. 02 – Visão ampla da Usina Hidrelétrica de Xingó.....	62
Fig. 03 – Placa de homenagem ao Presidente da República.....	63
Fig. 04 – Território do Povoado Cabeço e as relações cotidianas, meados de 1990.....	69
Fig. 05 – Registro fotográfico de 1980, séc. XX, Povoado Cabeço com ênfase no Farol do Norte do São Francisco ao fundo.....	70
Fig. 06 – Farol do Povoado Cabeço, séc XX.....	71
Fig. 07- Localização do Porto de Saramém, do Antigo Povoado Cabeço e da atual Comunidade que leva o nome do Porto.....	72
Fig. 08 – Quadro da imagem do coração de Jesus esculpido em madeira, localizado nos estilhaços das casas do Povoado Cabeço.....	74
Fig. 09 – Cadeira de Balanço em ferro, típica do interior, encontrada nos fragmentos das casas do Cabeço.....	75
Fig. 10 – Paredão de areia e o silêncio dos moradores do Cabeço.....	76
Fig. 11 – Portas do fundo MAR.....	76
Fig. 12 – Quadro que retrata o vazio.....	77
Fig. 13 – Casa de taipa, entre porta e janela.....	78
Fig. 14- Farol do povoado Cabeço.....	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CADOC – Catálogo de Documentos

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queer e Intersexo

MAX – Museu de Arqueologia Xingó

MST – Movimento Sem Terra

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIPS – Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público

TVA – Valley Buthorthy

UFMG – Universidade Federal das Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado de Sergipe..68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O ADVENTO DE UMA MUSEOLOGIA ENGAJADA SOCIAL OU UMA MUSEOLOGIA À SERVIÇO DO RECONHECIMENTO.....	31
2 MEMÓRIAS, RELAÇÕES DE PODER E “IMAGINAÇÃO MUSEAL”: DESVENDANDO AS TEIAS DE MNEMOSINE	41
3 POVOADO CABEÇO: LUGAR DE SILENCIAMENTOS, ESQUECIMENTOS, MEMÓRIAS E CONFLITOS.....	61
3.1 A memória documentada a partir do olhar de um outro lugar	67
3.2 Intervindo no rio, impactando os agentes e o lugar	69
3.3 Cabeço: Lugar de memórias: Lugar de muitos, território de ninguém 	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como foco identificar de que forma a história do povoado Cabeço é contada nos discursos oficiais e como atores sociais aparece nessas narrativas. Busca-se aqui a visibilidade daqueles e daquelas que historicamente foram excluídos, silenciados, esquecidos e negligenciados do processo de desenvolvimento de nação e como foram remanejados para outro lugar à custa do progresso, tendo como campo de estudo os conceitos de memória, a Museologia Social e a “Museologia Decolonial”, que busca contribuir para o campo do conhecimento atuando no comprometimento com os marginalizados da sociedade, percebendo como elas podem contribuir para o avanço das investigações aqui pretendidas.

Desse modo, analisaremos como o povoado deixa de existir e o que destrói sua materialidade, como agem as políticas públicas de amparo social e como esses acontecimentos impactam as suas visões de mundo. No entanto, é necessário localizar o povoado, como se constrói a sua história e a partir dessa construção histórica buscar reconstruir através da Museologia Social as narrativas que legitima outra compressão de lugar e de mundo, buscando uma inflexão no campo, evidenciando os atores sociais que se reestruturam e resistem a todo o processo de desterritorialização.

O povoado Cabeço está localizado no município de Brejo Grande/SE, nas proximidades da Foz do Rio São Francisco, divisa com o município de Piaçabuçu/AL. Tem aproximadamente 120 famílias totalizando-se 400 moradores que vivem basicamente da pesca artesã, principal ofício desempenhado na região. O que nos impulsiona investigar é o processo de desterritorialização ao qual a comunidade de pescadores enfrenta, reverberando nos efeitos das violências simbólicas contra a história e memória da população local, dos ribeirinhos/as e do próprio município de Brejo Grande/SE.

Os efeitos ocorrem devido à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada entre os estados de Sergipe e Alagoas, situando-se a 12 km do

município de Piranhas/AL e a 6 km do município de Canindé/SE, sendo considerado o principal motivo que ocasionou a vazão do rio São Francisco e o avanço do mar na comunidade de pescadores. O que permanece emerso ao mar é o Farol do Norte do São Francisco, do século XIX, construído pela Marinha do Brasil, servindo como testemunho visível que ali existiu um povo.

Para o leitor situar o lugar de fala do autor dessa investigação, considera-se a importância de um aluno ribeirinho até a universidade e a relação da aproximação com o objeto de estudo, sendo possível considerar que uma comunidade tradicional de pescadores, podem também estarem entre os espaços da presença, da lembrança, do lugar, do encontro no desenvolvimento a partir dos caminhos as contribuições à luz da Museologia Social. “O conceito de Museologia Social, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea (Moutinho, 1993, p.7)”. O que incluir nesse conceito as dificuldades de afirmar o desdobramento de uma museologia “comprometida com a vida” e que tenha como formação, nesse início, o confronto sobre o pensamento estabelecido pelo poder que a Europa influenciou os países americanos. De acordo com Mário Chagas e Inês Gouveia (2014):

As múltiplas designações indicam, de algum modo, a potência criativa, a capacidade de invenção e reinvenção dessas experiências e iniciativas, e evidenciam a disposição para driblar e resistir às tentativas de normatização, standardização e controle perpetradas por determinados setores culturais e acadêmicos. Essas museologias indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres à luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo, no refluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se inventam e reinventam, permanentemente (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 16).

Tendo como formulação o norteamento de se pensar outras trajetórias, campos, conflitos sociais e a visibilidade dos atores sociais enquanto parte da sua própria história. Acenando principalmente no combate as injustiças e construindo um leque de possibilidades do pensamento de algo novo, amplamente constituído sobre o viés das realidades Múltiplas de existência. Como explica os autores (as):

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p. 17).

A organização dos movimentos sociais pulsa na luta pela garantia dos direitos tendo como pauta o investimento das políticas públicas para o seu meio social. A preocupação da Museologia Social está em atender a todos por igualdade, a partir de uma inflexão metodológica e prática de como os museus foram instituídos na sociedade, como agem na sua manutenção e na própria manutenção do privilégio:

A luta pela garantia do direito à memória de grupos negligenciados passa a ser prioridade para os movimentos na medida em que esta valorização e identificação das memórias que retratam as dificuldades, lutas, resistências e conquistas, inaugura uma possibilidade de reconhecimento, visibilidade e transformação em que resultados podem ser vistos, contemplados e postos a conhecer por um maior número de pessoas (PEREIRA, 2018, p. 105).

Desse modo, é importante pensar a Museologia Social como uma área que avança no combate as injustiças, tendo como forma a emancipação dos sujeitos que ainda seguem sendo subalternizados “pela sociedade do ter, do ser e do poder”. Desse modo Marcele Pereira (2018) enfatiza que:

(...) é necessário aprofundar a discussão acerca dos limites conceituais da Museologia Social, avançando em estudos que nos permitam aferir seus resultados, caminhos e possibilidades, por meio de análises que auxiliem a pensar a relação estabelecida em diálogo com as comunidades durante o trajeto de criação, idealização dos processos museais. Este é o ponto necessário e urgente do campo da Museologia Social. Isto não significa criar amarras, manuais ou modelos, mas significa, acima de tudo, compreender o que estas experiências significam, quais caminhos levam ao rompimento com a ordem estabelecida e contribuem com a mudança de percepção de mundo, ou mesmo, contribuem com a discussão acerca de quais outros mundos e sociedades podem ser possíveis criar, livres das colonialidades do poder, do saber e do ser como ditadores invisibilizadores de nossas trajetórias (PEREIRA, 2018, p. 98).

A subalternidade tem como ferramenta a manutenção dos privilégios e oligarquias que os fazem e refazem a construção de uma estrutura ao poder, não o poder perante o ser subalterno, mas o poder das operações estruturantes nas sociedades ocidentais europeias.

Essas estruturas condicionam e legitimam a subalternidade, no sentido em que o subalterno às margens da sociedade constrói o seu ser na efêmera luta pela ascensão, tendo desse modo à garantia da concessão de um povo sem direito a história, a memória, aos locais amplamente qualificados e estruturados, podendo assim classificar que a sociedade contemporânea se constitui numa estrutura legitimadora que tem como pilar fortalecer os vínculos de subalternidade dos sujeitos. Como menciona (SPVAK, 1942):

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído a “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPVAK, 1942, p. 126).

De modo, a autora destinada a compreender as relações de homogeneização do subalterno a partir de um coletivismo ocidental, repara para o lugar da mulher e como essas são construídas a fim de um imaginário que as colocam como seres subalternos. Descreve sobre o contexto do lugar de fala, em sua pesquisa, confrontando a academia no sentido em que percebe que as narrativas foram escritas e descritas por mãos masculinas. “As precauções que acabo de expressar são validas apenas se estamos falando da consciência da mulher subalterna ou, mais aceitável, do sujeito subalterno” (SPVAK, 1942, p. 91). Ainda como menciona a autora:

No entanto, a prática normativa dessa narrativa é sustentada pelo substituto supostamente imutável do modo de produção “asiático”, que intervém para sustentá-la sempre que se tornar aparente que a história da lógica do capital é a história do Ocidente, que o imperialismo estabelece a universalidade da narrativa do modo de produção, e que ignorar o subalterno hoje é – quer queira, quer não – continuar o projeto imperialista (SPVAK, 1942, p. 97).

Para pensar o lugar de fala, torna-se necessário ainda trazer o pensamento de Linda Alcoff (2016) no que sistematiza consideravelmente a necessidade do sujeito subalterno falar em vias de romper com o sistema que

os veem como meros produtos de uma cadeia que se opera a partir da marginalidade. Tendo em vista que para a continuidade do projeto, é necessário as suas inexistências e ausências. Tendo como ponto de análise o estudo sobre identidade a partir da construção do aspecto de necessidade de fala.

De acordo com (ALCOFF, 2016, p.142), precisamos hoje reinvocar aquele “nós” que incluiria todos os grupos que são alvos de formas de opressão baseadas na identidade. Ainda assim afirma:

Podemos definir identidade de maneira mais perspicaz como experiências vivenciadas localizadas e posicionadas por meio das quais tanto indivíduos como coletivos trabalham para construir um sentido em relação as suas experiências e ás narrativos históricos (ALCOFF, 2016, p. 140).

Essas experiências têm como marco simbólico a transformação do sentido da própria construção legitimadora dos discursos. Compreender e ouvir as narrativas silenciadas nesse processo faz parte de uma emancipação das histórias subterrâneas, nesse caso a contraposição do discurso aqui é iminentemente já que a produção da fala a partir do conceito de identidade, o outro tem voz e sua entonação deve ser respeitada e ouvida, a partir das experiências fragmentadas e posicionadas.

Como parte da fundamentação desse estudo torna-se necessário recorrer às memórias como ponto que contribui para o entendimento da relação social enquanto campo também de poder, já que as memórias legitimadas nos espaços públicos e privados são em sua maioria pertencente a uma sociedade branca.

Para isso, observaremos que a memória tem um potencial por intermédio de agentes conscientes e comprometidos com o trabalho de adentrar aos espaços públicos as narrativas de atores sociais que nunca tiveram esse direito, principalmente, o direito da sua própria memória.

A partir dos conceitos de memória busca-se o entendimento sobre esse campo de conflito, como também de silêncio e esquecimento, versando sobre a importância da visibilidade dos atores sociais, seu lugar, caminhos e tensões do processo de desterritorialização. Discutindo a promoção da

igualdade e os itinerários na busca por emancipação de fala dos protagonistas como contestação pelo reconhecimento de suas narrativas como Direito Humanitário. Buscando a partir das narrativas sociais as relações que envolvem memória, recordações, esquecimentos, traumas sob a luz da Museologia Social.

De acordo com Mário Chagas e Inês Gouveia, no artigo “*Museologia Social: Reflexões e práticas (à guisa da apresentação)*” Publicado no Caderno do CEON, podemos compreender a Museologia Social como um movimento político, onde visou em um primeiro momento se perpetuar perante a negação de professores e pesquisadores que tentaram deslegitimar a existência a sua existência e o compromisso com o social, os grupos excluídos e marginalizados.

Para os autores, “dizer que toda museologia é social é uma tentativa de banalizar o sentido do adjetivo social; de retirar dos museus e da museologia sua dimensão histórica e, portanto, política.” A Museologia Social aqui apresentada a partir do pensamento do autor e da autora nos leva a pensar nos caminhos percorridos para a transformação de uma forma de pensamento “colonizadora e colonizada” consolidada nos museus, e nos espaços em que se aprendia Museologia.

No entanto, Marcele Pereira (2018), também aborda a questão da hegemonia no campo, no reconhecimento de uma única museologia, tecendo assim o apagamento da Museologia Social e sua contribuição de pensar outras perspectivas para além da instituída. Ainda assim, a autora afirma que:

[...] Existem outras museologias possíveis influenciada também outras formas de compreender os museus os problematizando em diálogos com destaque para o protagonismo de soluções museográficas, museais e museológicas dedicadas ao ato de denunciar, salvaguardar e contextualizar zonas de opressão, violência e desigualdades sociais (PEREIRA, 2018, p.80).

No Brasil, museus comunitários ganharam visibilidade na construção de uma cadeia operatória que ressignifica os lugares, sendo que os atores sociais são os principais envolvidos na construção desses espaços. É através do conhecimento dito tradicional, que os atores sociais comunicam, expressam e dialogam com a partir de sua própria realidade e subjetividade. Além das

representações, esses museus versam pela qualificação dos atores nos manuseios das atividades a serem desenvolvidas, sendo compreendidos por uma nova forma de se fazer museu ou Museologia.

Essas concepções tornam-se necessárias para compreender o lugar de fala do ator social, pensando e promovendo suas histórias, memórias e representações individuais ou coletivas da comunidade. Embora, os museus que ganham visibilidades ainda não possuem um coeficiente correspondente aos museus estruturados e localizados em sua maioria nas capitais e grandes cidades brasileiras, provocam os profissionais de museus a pensar em outros espaços e conceitos de museus no país. São esses conflitos que nos fazem caminhar a enxergar o povoado como um espaço memorável pelos silêncios que permeiam essas disputas territoriais.

O Povoado Cabeço tem um papel fundamental para desvendar o que está por trás da história através das narrativas dos próprios protagonistas, sendo eles os verdadeiros guardiões. Formalizar a pesquisa através deste estudo não é só importante para se pensar o lugar dos ribeirinhos, mas os caminhos que são construídos a partir da percepção de sua realidade, das representações e os protagonismos dos brejeiros que dão sentido ao território ocupado pela sua (re) existência.

Como afirma Michael Pollak (1989, p.4), “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso da memória nacional”. Tem-se como ponto de partida uma inflexão da hierarquia instituída nos modelos de sociedade.

Desvendar os silêncios e os processos de desterritorialização, antes de qualquer coisa, é preciso utilizar um método de investigação. Desse modo, a história oral adentra nesse cenário para desencadear as vidas amarradas, metaforicamente falando, pelos projetos de nações que se desenvolveram e ao mesmo tempo aprisionaram as “minorias” numa condição de subalternidade. E assim Kénia considera como:

A possibilidade de encontrar, através dos depoimentos de marginalizados, excluídos e vencidos, a verdadeira história.

Uma história que rompe com o discurso oficial, e, portanto, capaz de desvendar a outra história ocultada e mascarada pelo poder (RIOS, 2000, p.10).

A história oral é um método investigativo de tamanha significância para que outros atores sociais, assim como os ribeirinhos, da comunidade de pescadores do povoado Cabeço não fiquem no lugar do esquecimento, mas que ganhe além de visibilidade, um lugar que recontе e remonte a sua história, como processo de materialização das memórias que submergem a partir dessa pesquisa.

Podendo aperfeiçoar as possibilidades existentes entre seu território e sua visão de mundo, em face das diversas possibilidades, na tentativa de compreensão das suas variadas relações sociais, culturais, patrimoniais tendo como base o poder das memórias nesse cenário de disputa. De acordo com as autoras, Júlia e Adriana (2011):

Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para sua seleção (MATOS; SENNA, 2011, p.96)

A fragmentação das representações reestrutura uma nova forma de pensar sobre o mundo e as coisas, tendo evidência as pessoas que foram excluídas desse processo, dando significados as suas narrativas para compor um cenário que foi negado aos atores sociais. Nesse sentido, a história oral traz uma grande contribuição para compreender através da fala do outro os processos históricos de vida, sustentando a legitimação da sua contribuição para o fortalecimento da sua memória:

Como cada ser histórico singulariza a sociedade na qual está inserido e a percebe de uma forma específica. Falar de uma história verdadeira seria muito ingênuo, mas podemos afirmar que se trata de uma percepção verdadeira do real, emitida pelo depoente, que assim compreende e se apropria do mundo ao seu redor. Ao tornar pública sua percepção, está de alguma forma, contribuindo para a elucidação parcial de alguma situação (MATOS; SENNA, 2011, p. 98).

Em consonância dessa justificativa, adentrando no campo da museologia numa perspectiva da museologia e desenvolvimento local, uma cadeia de operações não institucionalizadas, mas territoriais, tornam-se

possíveis no desdobramento do lugar do outro enquanto detentor do seu meio, da sua relação e trajetórias conflitantes ao qual essa pesquisa caminha a investigar.

É necessário entender que a museologia engloba outros campos de estudos, não focaliza suas vertentes apenas nos museus e patrimônios, mas está para além deles. É no contexto social e cultural que as relações nas suas mais diversas variações se efetivam, de forma singular e plural, porém as pluralidades ainda são escassas nas pesquisas da museologia no contexto brasileiro.

O trabalho tem uma forte relação com a museologia social, residindo no reconhecimento dos “sujeitos do patrimônio” tendo por base legal a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1992), a declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e, a Agenda 21, ao reformular e repensarem os “modelos de desenvolvimento até aí utilizados, onde se identificam uma forte interligação entre população ambiental global e as vertentes econômicas e sociais do desenvolvimento”.

Nesse sentido, adentram no processo de alargamento e humanização do patrimônio cultural, aonde os agentes são protagonistas de suas escolhas, incluindo no processo de patrimonialização a inclusão e valorização não só da história, mas também da atuação dos atores sociais numa perspectiva ao qual a carta de Santiago do Chile (1972), norteia o pensamento global em torno dos museus e da museologia, definindo caminhos a seguir:

O museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972)

A Declaração de CARACAS, ainda assim, destaca a importância social e funcional dos museus e da Museologia para com a sociedade, tendo como base a formulação do sentido humano e físico no espaço:

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estende as suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a praticas mais vastas que esses objetivos, para melhor inserir sua ação naquelas ligadas ao meio humano e físico (DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992).

Os novos horizontes se multiplicam no sentido em que o outro não é parte desse cenário, mas centro das tomadas de decisões que se efetivam na busca pela própria emancipação e valorização como um direito humanitário e territorial dos povos plurais existentes e detentores de uma cultura, de uma sociedade e de sensibilidades que circundam as memórias e os seus direitos a elas.

Tendo em evidência esses fatores essenciais para pensar o que irá desencadear numa Museologia Social, esses documentos foram imprescindíveis para esse avanço ser continuo incluindo e ampliando a noção do que viria a ser a Museologia Social.

A museologia social tem um papel fundamental no reconhecimento dos acontecimentos das últimas décadas no Brasil, em deslocar o olhar para compreender que o grande patrimônio são as vidas (CHAGAS, 2013), o que constitui a construção de uma população cada vez mais alternativa e autônoma e o patrimônio passa a ter outros sentidos semânticos que permeiam os signos e significados dos processos que elencam os atores sociais enquanto parte central da patrimonialização em consonância com a sensibilidade social que permeiam a ruptura com os silêncios.

Como base de aproximação da Declaração de Santiago do Chile (1972), em 1984 houve uma necessidade de estender-se mais as questões que outrora movimentava o campo dos museus e da Museologia. Surge então mais um encontro dos pesquisadores e profissionais da área para delinear traços fundamentais de abordagem no campo, havendo a necessidade de criar mais um documento.

Nesse sentido, a declaração de Quebec (1984) tem como fomento a criação de um Comitê Internacional “Ecomuseus/Museus comunitários” no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus), uma federação Internacional de nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá.

As declarações de Santiago do Chile em (1972), Quebec (1984) e Caracas (1992), que geminam em países da América Latina reverberando em um rompimento eurocêntrico, oficializam-se e definem os caminhos de reconhecimento às comunidades e seus atores sociais que gerem os seus patrimônios. Essas Iniciativas surgiram através de experiências que já vinham sendo desenvolvidas aqui no Brasil, contribuindo e norteando o pensamento para uma nova museologia.

As cartas Patrimoniais aqui elencadas buscam através de a representação territorial definir ramos a serem seguidos para pensar no desenvolvimento destes lugares (VARINE, 2012). A nova museologia, de acordo com o MINON (1984), é um movimento. Para além de movimento, é uma mudança do paradigma funcionalista, do objeto, instituição, muda o olhar para o território.

No Brasil, museus comunitários ganharam visibilidade na construção de uma cadeia operatória que ressignifica as localidades e os personagens que o ocupam. As representações se efetivam a partir da formação cultural real do próprio ator social.

De acordo com (AVELAR, 2015), outras formas de “imaginação museal” teriam também sido desenvolvidas, estimulando novos olhares para o Brasil. Darcy Ribeiro foi idealizador do Museu do Índio (1953), expressão de resistência e combate ao preconceito contra os povos indígenas. E Gilberto Freyre criou o Museu do Homem do Nordeste (1979), voltado para a valorização das tradições regionais. Tendo a parti daí as iniciativas para uma diversidade de representação nos museus, como afirma:

Percebe-se uma diversificação das iniciativas. São exemplos o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro (1983), no

bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, criado a partir de demandas da comunidade local; e o Museu Maguta (1990), no Amazonas, instituído a partir da iniciativa de indígenas representantes do povo Ticuna. (SANTOS, 2011). Foi também inaugurado em Foz do Iguaçu, no Paraná, o Ecomuseu de Itaipu (1987), projeto de educação ambiental da Usina de Itaipu. 18 São ainda criados pequenos museus locais, resultado de maior autonomia concedida aos governos municipais, favorecida pela Constituição de 1988. E novas instituições museológicas são constituídas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (AVELAR, 2015, p.44).

Em detrimento dessas ações e avanços voltados no setor museológico ou ao museu, é possível identificar como a construção binária se efetiva na prática e nas relações que se dão dentro das novas instituições, por um lado a elite e por outro lado a cultura popular. Os museus surgem a partir da valorização dessas “minorias”, mas a emancipação não acontece, o sentido é totalmente mercadológico ou talvez de contemplar as diferenças culturais entre lados; os vencedores e perdedores da nação, submetendo assim um sentido mercantilizado da cultura erudita sobre a cultura popular.

Ao decorrer do tempo os museus são incorporados por novas abordagens, os grupos sociais passam a exigir um lugar de memória, através de luta e reconhecimento dessas trajetórias, fazendo com que os museus passem a não incorporarem só suas narrativas, suas memórias, suas histórias e suas resistências, mas incluam nesses espaços os seus corpos, pensamentos ou conseqüentemente suas vidas.

É o que (CHAGAS *apud* AVELAR, 2003; 2015, p. 45) chama de processo de “flexibilização de narrativas museográfica” e um “alargamento do espectro de vozes institucionais”. Com o empoderamento social as realidades museais passaram pelo processo de higienização do discurso, uma parcela dos grupos passou a cobrar o seu devido lugar de fala, ou os criaram.

É nesse sentido, que ao passar dos anos outras tipologias de museus passam a surgir no Brasil em advento de práticas que já ocorriam em todo território da América Latina. Ações que surgem a partir de realidades próprias

condicionadas ao lugar que o grupo social nasce e percorre, denominando-se “ecos museus”.

Além da representação, os museus sociais, ao passar do tempo, buscaram versar pela qualificação dos sujeitos nos manuseios das atividades a serem desenvolvidas, sendo caracterizadas por uma nova forma de se fazer museu ou por uma nova forma de se fazer museologia, culminando através dos mecanismos de disputas a produção da memória, trazendo novas abordagens de emancipação dos protagonistas do território, desvendando os mistérios e os silêncios que permearam o seu meio social.

[...] a irrupção de uma memória subterrânea favorecida, quando não suscitada, por uma política de reformas que coloca em crise o aparelho do partido e do Estado; o silêncio dos deportados, vítimas por excelência, fora de suas redes de sociabilidade, mostrando as dificuldades de integrar suas lembranças na memória coletiva da nação; os recrutados a força alsacianos, remetendo à revolta da figura do "mal-amado" e do "incompreendido", que visa superar seu sentimento de exclusão e restabelecer o que considera ser a verdade e a justiça (POLLAK, Michael, 1989, p.6)

Essas discussões são necessárias para não só compreender o lugar de fala do nativo, mas colocar em evidencia suas narrativas através de suas lembranças, para que o não dito possa emergir e denunciar as práticas de exclusão, marginalização e ausência da desmemória:

Existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". [...]. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (MICHAEL, Pollak, 1989, p. 6).

Tornam-se imprescindível, sobrepôr nesse campo de estudo as memórias para entender os lugares que foram construídos na garantia da subsistência dos atores sociais e da manutenção dos não privilegiados que acarretam na desterritorialização dos mesmos. Os processos não são neutros e se dão acima de disputas e batalhas das memórias produzindo os mecanismos, tendo como principal fator o de evocar, através da fala, os devidos acontecimentos locais pelos próprios protagonistas.

As memórias, que embora sejam construções sociais, que criam e recriam histórias precisam buscar inclusão das memórias subterrâneas, silenciadas e não ditas. Como afirma (LE GOFF, 1984), memória, os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Utilizando esse contexto de manipulação, campos de disputas e violências simbólicas acometidas pelo poder, os moradores, em menos visibilidade ficam no lugar do esquecimento e silêncio.

Como afirma (POLLAK, 1989), o problema que se aloca em longo prazo para as memórias clandestinas e indizíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar o “não dito”. Os silêncios e os mecanismos de exclusão e apagamento do quanto às memórias são diversas e o quanto estão ainda submersas por injustiças que causam a desterritorialização.

A pesquisa será desenvolvida inicialmente com o levantamento das entrevistas concedidas pelos moradores do Povoado Cabeço, no que tange a participação dos atores sociais na construção dos relatos, evidenciando suas memórias. Elizabete Pádua discorre que “As entrevistas constituem uma técnica alternativa para se coletar dados não documentais sobre um determinado tema” (PADUÁ, 2000, p. 66). O intuito é evidenciar os moradores e suas narrativas, concedendo o seu lugar de fala, promovendo a escuta aberta para analisar a história que vem emergir a partir da fala dos atores sociais.

Dando prosseguimento, será realizado um levantamento bibliográfico a partir da escola de pensamento da memória e da museologia social e Decolonial, principais conceitos e categorias, promovendo a discussão para pensar as memórias destes atores e o papel da museologia social nessa abordagem conceitual que universalizam os campos deste estudo e o que corresponde a Museologia Decolonial de se pensar outras práticas e concepções de Museus que rompem diretamente com a visão ocidental.

Nesse momento, prioriza-se compreender o papel fundamental que teve as cartas patrimoniais; Santiago do Chile (1972), Caracas (1984) e Quebec (1992). Documentos que endossam as contribuições que tiveram no diálogo

com comunidades e seus protagonistas, atuando na promoção da valorização dos territórios como prática de espaço museal.

Novas abordagens se multiplicam na gênese de histórias que permeiam o meio social como campo de disputa, nesse sentido, remanejar o olhar para comunidades elencam perspectivas históricas e museais, tendo como base os corpos em conflitos com as memórias ativas, na (re) existência do lugar dos afetados pelo processo de desterritorialização. Como afirma Michael Pollak: “Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (POLLAK, 1989, p.2). E nesse caso, é vital os silêncios ecoarem para sistematizarem a dicotomia existente entre os lugares privilegiados e os lugares não privilegiados que tem como ponto de partida continuar no silêncio e esquecimento.

Ainda assim nos compete aqui compreender o papel da Museologia Decolonial concebendo o avançar dessa prática da museologia como campo de estudo emancipadora dos sujeitos, ao qual desloca o campo de atuação e enxerga o museu enquanto lugar de resistência e para, além disso, do território que legitima a vida dos atores sociais e dos espaços residuais. Dessa forma, a pesquisa buscará entender como a Museologia Decolonial representa a denúncia efetivada, desconectando-se da Museologia Clássica corporificada a partir da neutralidade para com os compromissos sociais.

Nesse Sentido, torna-se necessário compreender como as armadilhas dos poderes agem nessas instituições e marginalizam os povos em seus aspectos de humanidade, tornando-as submissas da perspectiva colonizadora para promover uma memória elitista e legitimar um discurso que parte de cima para baixo.

É a partir desse estudo que se pretende aqui investigar, por exemplo, como os ribeirinhos são alocados a um espaço de subalternidade e como os museus agem retroalimentando de forma sincronizada e naturalizando o pensamento social da população brasileira a reconhecer as práticas de subalternas a essas populações, através da colonialidade do saber, do poder e do ter, aonde classificam as hierarquias, inclusive dentro das instituições legitimadora dos discursos privilegiados. O que interessa, nesse momento, é

elucidar os fatos e os avanços dado pela Museologia social, seu engajamento político e poético, como veremos a seguir:

1 O ADVENTO DE UMA MUSEOLOGIA ENGAJADA SOCIAL OU UMA MUSEOLOGIA À SERVIÇO DO RECONHECIMENTO

Após a Segunda Guerra Mundial os Museus a Museologia começaram a sentir a necessidade de ampliar o olhar para o mundo ao seu redor, esse fato tem grandes influencias a partir dos movimentos sociais que surgem exigindo e reivindicando seus direitos e espaços de protagonismo em todos os ambientes e esferas sociais, pautando a luta no sentido da igualdade e principalmente contra todas as injustiças cometida as essas populações.

Nesse panorama, é questionável qual o papel dos museus e a quem estão servindo, face à uma exclusão evidente dessas populações que não estavam contempladas nos Museus nem nas pesquisas acadêmicas, o que denota um plano fundamental da perpetuação da memória de um grupo seletivo e cheio de privilégios na sociedade. Conforme defende em tese de Doutorado Regina Abreu ao tratar da “*A fabricação do imortal*” (1996).

A salvaguarda dessas memórias aos longos dos anos em que surgiu e foram estruturados os Museus, foram pontes de análises fundamentais para se pensar esse lugar evidentemente reservado para poucos, tendo em vista que a noção de Museu estava atrelada ao que muito tempo lhe foi designado “Lugar de coisa velha ou gabinete de curiosidade” (QUEIROZ, 2013).

Mudar esse contexto e visão das instituições não tem sido fácil, já que ainda existem agentes que contemplam a visão dos museus como uma instituição que tem como papel a difusão da pesquisa científica, produção da ilustração e dos métodos que se ampliam o direito a poucos. Um exemplo fundamental é perceber a localização desses espaços nas cidades e capitais brasileiras.

Já na 1ª edição do Caderno de Museologia (1993), Mario Canova Moutinho pensa e problematiza “*Sobre o conceito de Museologia Social*”. Esse

autor se dedica a sistematizar, os primeiros registros para pensar esse fenômeno. MOUTINHO aborda a relação de conceito a multiplicidade dos agentes e os esforços para a diluição do itinerário que levou o reconhecimento da Museologia Social, para quem, “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”, considerando nos agentes do campo, uma força motriz que segura o direito da vida da Museologia em fase de crescimento, que necessitava de outras forças para que viesse aflorar os caminhos da liberdade.

Ainda nessa obra, Moutinho, traz uma das falas que repercutiu positivamente para o reconhecimento, sintetizado pelo Director Geral da UNESCO, Frederic Mayor na abertura da XV Conferência Geral do ICOM:

O fenómeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural - quer se trate da emancipação do interesse do grande público pela cultura como resultado do alargamento dos tempos de lazer, quer se trate da crescente tomada de consciência cultural como reação às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais tem no plano das instituições, encontrado um acolhimento largamente favorável nos museus. Esta evolução é evidentemente, tanto, qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abcecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus 'sans murs', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica" (MOUTINHO, 1993, p. 7).

O ICOM (Conselho Internacional de Museologia) segundo Roberto Rojas (1979) é:

Uma organização de carácter internacional com sede em Paris. Criado em 1946, está associado à UNESCO. Sua finalidade, nos cem países onde está representado, é a de organizar a cooperação no âmbito das atividades relacionadas com os museus. Mais que um organismo exectivo, constitui uma plataforma de recolha de dados e sugestões, deixando a seus membros ampla liberdade de ação. O ICOM atua no nível de numerosas disciplinas: a história, arte, ciências, técnicas etc... e ocupa-se especialmente das funções de educação cultural, de conservação e investigação. Por outro lado, possui o púnico centro internacional de documentação, que recolhe materiais

de todo gênero no que respeita aos museus e à Museologia (ROJAS et al., 1979, p.8).

A revolução Museológica abordada por Mário Moutinho, nesse contexto, traduz parte do embate entre a museologia clássica, que se manifesta sobre a aristocracia e a museologia social que vem ganhando força e sobrepondo outra forma de pensamento, trazendo questionamentos e impulsionando outras possibilidades de se conceber o espaço do museu ou o espaço museal, considerando a estrutura física e material como lugar para o desenvolvimento da museologia social, mas norteando o olhar para outros lugares no exercício da salvaguarda da memória, sendo considerado museu a partir dessa perspectiva em que os agentes dos territórios estavam caminhando na busca pela representação. Segundo o autor, a Museologia Social:

Constitue-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e actuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planejamento do Território. (MOUTINHO, 2014, p.1).

Na oportunidade de afirmação da Museologia Social cuja atuação está pautado entre diálogos com outras áreas do conhecimento, o torna um campo sensível às questões a serem abordadas na Museologia, tendo como principal objetivo contribuir para a revisão museográfica impregnada nas instituições, principalmente a atuação marcada pelo pioneirismo nas práticas de inclusão de diferentes grupos marginalizados pelas esferas do poder econômico e social, cujo espaços encontram-se vinculados ao combate aos preconceitos e às opressões nos museus e na Museologia.

A museóloga Judite Primo, destaca a importância dos documentos que resultaram da reflexão conjunta dos profissionais, principalmente no que se refere à importância do Continente Americano está pensando sobre as questões que envolveram todo um processo de colonização. Sendo assim, a autora diz:

Esses documentos possuem uma característica em comum: todos eles foram elaborados e produzidos no Continente Americano. E se pretendemos entender a importância desses documentos para a evolução do conceito e da prática da

museologia no século XX, não se pode esquecer todo o percurso histórico do continente Americano, todo ele marcado pela colonização resultou na mistura de raças, com suas diferentes culturas e tradições, assim como em alguns momentos também foi marcado pela barbárie, pela destruição de civilizações e de tradições. (PRIMO, 1999, p.6).

É nesse breve contexto que os profissionais da área começam a movimentar-se para entender os processos que cabem as instituições abordarem para além da contemplação do objeto, buscando inserir uma sociedade plural dentro dos Museus. Para isso foram realizadas várias reuniões que definiam norteamentos para possibilidades concretas, tendo como resultado os documentos que foram importantes para o campo da Museologia; A Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Caracas (1984) e a Declaração de Quebec (1992), resultado dos encontros e das discussões de pesquisadores e profissionais da América Latina.

A Carta de Santiago do Chile (1972) teve um papel fundamental a fim de conscientizar e alertar o papel do museu na sociedade contemporânea, tornando um documento público, buscando, evidentemente, solucionar problemas na área museológica, promovendo o entendimento para “seus aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos”. Tendo em vista que por muito tempo os Museus se ausentaram dos problemas da sociedade e buscou apenas elucidar o objeto a partir da contemplação, a declaração além de trazer essas definições buscou sistematizar que o papel dos museus era outro, principalmente na América Latina, território que passa por grandes conflitos em termos de desenvolvimento econômico e social, “considerando que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade”.

As discussões que elencam a participação social dos museus no entendimento que os movimentos também partem de uma história de negação, sendo necessário a denúncia nesses espaços. Não é apenas salvaguardando o objeto e montando exposições com a estética estabelecida pelo sistema que os museus cumprem o seu papel, foi pensando por esse viés que a Carta de Santiago do Chile (1972) se tornou um importante documento para a área da Museologia, definindo que o museu não pode se compor a luta, compreendendo

que as lutas sociais são manifestações que precisam das suas memórias salvaguardadas nesses espaços de poder. E ainda,

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possuem nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado e o presente (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972).

Na América Latina, o conceito de museu estabelecido pelo ICOM (Conselho Internacional de Museologia), na versão aprovada pela 20ª Assembleia Geral, como uma “Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite. (Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001).” Não coloca em evidência as sociedades e as museologias plurais existentes nos territórios e suas particularidades, porém está atrelada ao fato de homogeneizar o pensamento museológico, tendo como princípio fundamental a preservação de memórias seletas nesses espaços.

Em Santiago do Chile (1972), os pensadores da área da Museologia elevaram o pensamento para uma discussão a respeito do processo de patrimonialização, reverberando nos questionamentos que fundamentam a ausência e o distanciamento dos Museus frente às lutas sociais que surgem no momento Pós Guerra, definindo norteamentos do papel do museu para com o compromisso com a sociedade ou com o meio social, tendo como princípio base da Declaração, à tomada de consciência dos problemas estruturantes na América Latina no que tange “o meio rural, meio urbano, do desenvolvimento técnico científico e da importância para o futuro da sociedade”.

Essa estrutura de pensamento veio sendo fragmentada a partir das insurgências que pairam no campo em consonância com a realidade social, dos movimentos e das pautas discutidas ao qual o Museu permanece distante. É a partir dessa crítica que os pesquisadores da Museologia começam a movimentar-se no entendimento da ampliação dos horizontes e das

possibilidades que os museus poderiam desempenhar na sociedade contemporânea.

A reflexão a esse paradigma sofreu fortes críticas por parte dos movimentos sociais, em efervescência nesse período em função da não contemplação de suas agendas nos Museus, o que delineou os itinerários a uma tomada de decisão para a construção de uma área do conhecimento que estaria incessante atrelada a uma nova forma de se conceber museu e museologia.

Como base de aproximação da Declaração de Santiago do Chile (1972) em 1984 houve uma necessidade de estender-se mais as questões que outrora movimentava o campo dos museus e da Museologia. Surge então mais um encontro dos pesquisadores e profissionais da área para delinear traços fundamentais de abordagem no campo, havendo a necessidade de criar mais um documento.

Publicado nos Cadernos de Sociomuseologia Nº 15 1999, a tradução feita por Mario Moutinho, afirma que a Declaração de Quebec (1984) É um movimento que vem para afirmar a função social dos museus e o caráter global de suas investigações. É a partir das experiências vivenciadas de atuação da participação social na construção do seu próprio lugar de fala reverberada na construção do seu “eu” que a carta estabelece critérios de reconhecimento dos atores sociais frente à gestão do seu próprio museu comunitário ou do seu patrimônio. Vêm considerar também o grande crescimento dos ecos museus, museus de território, museus locais e cobrar dos poderes institucionais o reconhecimento dessas práticas museais. Em uma síntese breve, Mário Chagas e Inês Gouveia publicaram um artigo abordando a importância da carta de Quebec (1984), dizendo que,

[...] aconteceria em Quebec, no Canadá, uma reunião internacional que produziria um documento muito simples, objetivo e radical, que ficaria internacionalmente conhecido como a Declaração de Quebec e que daria origem ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia que, a rigor, contribuiu para a produção de um divisor de águas no campo museal. (CHAGAS, GOUVEIRA, 2014, p. 12).

Nesse sentido, a declaração de Quebec (1984) tem como fomento a criação de um Comitê Internacional “Ecomuseus/Museus comunitários” no quadro do ICOM (Conselho Internacional de Museus), uma federação Internacional de nova museologia que poderá ser associada ao ICOM e ao ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), cuja sede provisória será no Canadá.

A criação desses órgãos institucionais legitima toda a construção do movimento de uma museologia social ativa e comprometida com a redução das injustiças sociais, destacando-se no combate aos preconceitos e na inflexão do campo para uma teoria comprometida com a memória dos marginalizados que ao longo do tempo tiveram o direito da memória negado.

Toda essa construção fez parte de um engajamento de pesquisadores e profissionais atuante no campo para se pensar outras possibilidades de museus e museologia. No entanto, não foi uma construção solidificada e com caminhos abertos para sua passagem na trilha da organização e prática desse novo modelo de concepção museal ou museológica. Criou-se, aquilo que Judite Primo chama de “antagonismo entre a Museologia Tradicional X Nova Museologia” Essa dualidade museológica é negada, pois o que estava em jogo era uma museologia clássica querendo enquadrar a museologia social frente aos engessamentos que delimitava espaços para uma e espaços para outra. Sendo assim, Judite Primo afirma que,

Não se pode falar na existência de duas museologias, pois o que na verdade ocorre são duas formas diferentes de se actuar na “ciência” museológica. Pode-se dizer, que uma dessas forma é aquela que se preocupa basicamente com questões administrativas, documentais e preservacionistas do objecto; a outra forma de actuação está mais voltada para as necessidades e anseios sociais, assim como trabalha com a ideia de património entendido na sua globalidade e, as acções de preservação, conservação e documentação, pesquisa são feitas a partir dessa noção mais global do património (PRIMO, 1999, p. 24).

A Declaração de Quebec (1984) considera que:

A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes

objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico (MOUTINHO apud DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1999, p.223).

O campo museal estava repensando não só o lugar do museu, como as relações estabelecidas na estrutura das definições intocáveis e repensáveis no que gere a funcionalização do objeto nesses espaços, passando a incorporar e fomentar ações interligadas ao meio humano e físico.

Muito embora a Declaração de Caracas (1992) não tenha trazido novidade conceitual para o campo dos museus e da Museologia, segundo Judite Primo (1999, p. 24), é inegável a sua importância para o reconhecimento do Movimento da Nova Museologia, tendo assim legitimado uma prática museológica mais ativa, socializadora, dialógica e internacionalmente autónoma.

Ainda assim, Judite Primo (1999) afirma que:

A investigação e a interpretação assumiram importância no contexto museológico. O objectivo da museologia deveria ser, a partir deste momento, o desenvolvimento comunitário e não só a preservação de artefactos materiais de civilizações passadas (PRIMO, 1999, p.13).

A Declaração de Quebec (1984) estava propondo um desafio para o campo da museologia e evidentemente dos museus, no qual alerta o seu papel, incluindo dentro do seu processo o compromisso com a sociedade e não apenas com a conservação de bens materiais. Os museus, dentro dessa perspectiva devem abordar uma questão da representação passada atrelados às condições de vida do presente, dialogando e buscando evidenciar as relações sociais hoje, tendo como fato a questão cultural, económica e social que envolve os povos.

Posteriormente a Declaração de Caracas (1992) vai redefinir o conceito de museu integral, pensando em 1972 através da Declaração de Santiago do Chile, para promover a interação do Museu Integrado da Comunidade, perpassando assim a lógica de um povo interligado ao museu para um povo detentor, gestor desse museu em seu próprio território:

A função museológica é, fundamentalmente um processo de comunicação que explica e orienta as actividades específicas

do museu, tais como a coleção, conservação e exibição do patrimônio cultural e natural. Isto significa que os museus não são somente fontes de informação ou instrumento de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento da interação da comunidade com o processo e com os produtos culturais (DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992).

É preciso deixar em evidencia que estabelecer o diálogo para a fruição de temáticas que representam a realidade era algo impensado nas instituições e mesmo quando o museu aborda questões das minorias parte para promover a colonização embutida nos seus discursos. Mário Chagas e Inês Gouveia (2014), afirmam:

O referido diagnóstico ao denunciar a colonização dos museus, provocava e estimulava naqueles que tinham capacidade de agir e pensar por outras veredas a vontade de investir na descolonização do museu e do pensamento museológico. Não era difícil, para alguns jovens estudantes de museologia, adotando uma lógica simplista, pensar: ora, se os [primeiros] museus brasileiros foram criações coloniais, é hora de se criar museus que produzam rompimento com essa mentalidade [colonizadora e colonizada] (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p. 10).

Sendo necessário, nesse processo, enfrentar o próprio sistema museológico e acadêmico que através de alguns agentes tradicionalistas tem como construção a perpetuação e legitimação da colonização de representações colonizadoras. Quando os autores afirmam a necessidade de se criar museus que rompam com essa visão, é um reafirmar da necessidade de uma “museologia comprometida com a vida” e conseqüentemente com as injustiças sociais. E de acordo com Mário Chagas e Inês Gouveia (2014), no que se refere às discussões acima elencadas:

Essas Museologias indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres á luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo, no refluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se inventam e reinventam, permanentemente (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 16).

Considerar a museologia social enquanto movimento político é afirmar o seu processo de consolidação no campo da Museologia, enfrentando aqueles que desacreditaram ou que inegavelmente em tons preconceituosos

estabeleciam os critérios de representação apenas da memória atrelada a todos os sintomas de escravidão, machismo, patriarcado, paternalismo e todos os nomes que dão sentidos a esses sistemas de exclusão e violências cometidos as populações marginalizadas na sociedade.

O que mais uma vez Mário Chagas e Inês Gouveia (2014) aborda as dificuldades das relações da construção da museologia social enquanto área do conhecimento pela própria academia:

No Brasil, a expressão museologia social consolidou-se, á revelia das críticas e das posturas acadêmicas que reagem aos seus avanços. E, diferentes espaços onde o assunto inevitavelmente emerge, é possível ouvir alguns professores e pesquisadores (de diferentes gerações) que combate a museologia social sentenciar: “a museologia social não existe, pois toda museologia é social”. Trata-se de um argumento frágil e pseudocientífico que produz uma recusa terminológica com base na hipotética autoridade do falante; ainda que se apresente como isento de ideologia, trata-se de um discurso ideologicamente comprometido com a reprodução do próprio sistema de dominação do campo. Dizer que toda museologia é social é uma tentativa de banalizar o sentido do adjetivo social; de retirar dos museus e da museologia sua dimensão histórica e, portanto, política (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.6).

O objetivo da Museologia Social é romper com a necessidade do enquadramento social, a preocupação aqui não é somente a definição museológica das coisas, mas a representação das coisas para as pessoas em tons de pluralidade. Querer enquadrar a museologia social numa museologia normativa e com regras é querer apagar o sentido ao qual ela surge e traduz no campo como um embate de conhecimento de agentes políticos comprometido com a redução das injustiças e dos processos ainda colonizador que perpassa nas entre linhas nos espaços de poder.

Dentro dessa argumentação, é evidente que a museologia social tem o seu potencial de difusão no campo a partir das escolhas pretendidas. Como diz Mário Chagas e Inês Gouveia (2014), “quando falamos em museu social ou museologia social, estamos nos referindo aos compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito ás suas dimensões científicas, políticas e poéticas”. É um radicalismo de tomada de decisão para enfrentar o contexto de como essas instituições foram construídas e como elas continuam sendo alimentadas, é um basta à negação do direito.

No contexto histórico a museologia tradicional ou clássica esteve meramente atrelada à contemplação do objeto dentro dos museus, cumprindo minimamente o trabalho elucidado na divulgação da informação, conservação e na documentação, num continente onde nem todos tem acesso a cultura que é dita e tida como nacional. Tendo com base comportamental a manutenção de um lugar para poucos, de uma classe meramente burguesa, conservadora e capitalista.

O que transcende a museologia social não é o rompimento com a instituição Museu em si, mas como os agentes se comportam em sua atuação que alimenta esse espaço sem pretensão de denúncias e contestações. É subverter de certa forma a lógica do discurso para promover o pensamento crítico e buscar subsídios de uma Museologia Social onde a população sinta-se parte desse espaço como possa reconstruir o seu próprio espaço de representatividade, memória e história.

2 MEMÓRIAS, RELAÇÕES DE PODER E “IMAGINAÇÃO MUSEAL”: DESVENDANDO AS TEIAS DE MNEMOSINE

O nosso objetivo aqui é transcorrer sobre os itinerários voltados às construções de determinadas categorias que agem também de forma sistemáticas na manutenção do “lugar de memória”. Essa categoria foi defendida por Pierre Nora¹ através da formação de uma política de preservação frente ao desenvolvimento industrial que outrora tomava forma, acelerando a vida a caminhos da modernidade.

Para buscar caminhos que nos remetam as memórias é necessário aqui também discuti-las como campos de propriedade que “conservam determinadas informações do passado atreladas as vivências do presente” LE GOFF², buscando compreendê-las como mecanismos das estruturas de poder

¹ Entre memória e história* a problemática dos lugares. NORA, Pierre. Tradução: Yara Aun Houry. Proj. História, São Paulo. (10). 1993.

² LE GOFF, Jacques, 1924. História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 199

que ao longo dos anos se materializam e legitimam os privilegiados nos espaços através dos agentes e profissionais da memória.

A priori, é possível entender as diversas memórias a partir das delimitações do campo a partir das categorias que se distanciam nas lutas através da “batalha das memórias”³ a permanecerem intactas e cada vez mais autônomas de si mesmo, tendo por abordagem principal a memória coletiva, usada unicamente como modelo universal e intocável, permanecendo na autonomia do direito, ou a memória individual que age de forma a estabelecer que cada ser social seja detentor da sua própria memória a partir da relação com o meio social e cultural.

Para as “batalhas das memórias” é necessário discutir e entender como vão se configurando e (dê)s corporificando as narrativas que as constroem e materializam como o principal alvo de contestação, onde são traduzidas e realocadas para a civilidade, tornando-se seres privilegiados e detentores de tais espaços.

Podemos então considerar que a memória tem um papel fundamental na sociedade, buscando cada vez mais estabelecer uma conexão entre passado e presente, fazendo com que as vivências sejam cada vez mais vigentes no sentido da coletividade humana que corrobora os feitos e as ideias de civilização hegemônica no simbolismo da nacionalidade detentora dessa construção histórica, o que envolve, “a afirmação de que toda história nada mais é que o desenvolvimento de forças produtivas” (SANTOS, 2013)⁴.

Nesse sentido, torna-se urgente uma reflexão dos conceitos e categoria de memória, rompendo sistematicamente construção binária de memória para entender outros processos, outros povos, outras culturas e, possivelmente, as memórias que estão submersas através das amarras do desenvolvimento que as mantém “subterrâneas e silenciadas, sem chegar aos espaços públicos”

³ BRITTO, Clovis Carvalho. Memória Submersa: A economia do trágico no Museu-Casa Cora Coralina. Revista Museologia e patrimônio, MAST. Acesso em: revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/.../646

⁴ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória Coletiva, trauma e Cultura, um Debate. REVISTA USP, São Paulo. n. 98 p. 51-68. JUNHO/JULHO/agosto 2013

(POLLAK, 1989)⁵. Essa formalização de um estudo que busca trazer e reflexionar o estudo para compreender essas outras memórias “indizível” tem como eixo principal realocar o olhar para enxergar que são também detentoras de um saber construído a partir de realidades subjetivas e históricas.

Por outro lado, busca-se aqui compreender a produção do mecanismo que as memórias são alocadas e como são produzidas, adentrando no cenário de disputa por espaços em que são realocadas as memórias a fim de viabilizar o processo de inserção de outras, que nesse estudo, contrapõe a sistematização da ordem silenciada.

Os lugares de poder têm uma forte relação com os estudos do passado para legitimação da ordem, divergindo muitas das vezes da racionalização pela liberdade, tendo como fundamentação a legalidade sociológica dos fatos produzidos como mecanismos de imortalidade. A partir disso que se compreende minimamente como as estruturas condicionam as estratégias da funcionalização de manter as sociedades através de um estudo do passado.

Se antes a história era associada a um movimento linear ou às ações estratégicas capazes de ocasionar mudanças, agora ela é uma das fontes explicativas de estruturas atuais (SANTOS, 2013, p.56). Nesse contexto, as ordens são desordenadas para compreender não só um processo linear desse caminho, mas para romper os processos e buscar dá outros sentidos, inclusive analisando como essas estruturas legitimam não só memórias do passado como dá lugar aos herdeiros desse passado. Uma estrutura enraizada nas construções humanas e sociais, como menciona Myrian Sepúlveda (2013):

Segundo Durkheim, representações coletivas, uma vez institucionalizadas, seriam capazes de exercer influência ao longo de um período excepcional, sobrevivendo a muitas mudanças sociais e culturais. Ainda, sendo o autor, enquanto as representações coletivas fossem funcionais, elas não desapareceriam, mas, quando fossem questionadas, novos conjuntos de ideias surgiriam para estabilizar o sistema social (SANTOS, 2013, p.57).

Nessa perspectiva, pode-se observar que os estudos sobre memória não dizem respeito apenas aos grupos sociais e as funções psíquicas, mas, a

⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, '01. 2. n. 1, 1989, p. 3-15.

uma objetividade de coisas relacionadas às construções humanas que se cristalizam e se eternizam a partir do sentido que é colocado e embutido nas mentalidades humanas.

Tem-se como exemplo do que foi mencionado, o cristianismo, religião que impacta o ocidente com ideias e valores que atravessam séculos encima de uma moralidade construída para o fortalecimento de grupos sociais em detrimento do poder econômico, religioso e social. Em consonância disso, Michael Pollak (1989) afirma:

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar aos fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referências como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento a fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989, p.3).

Os estudos da memória estiveram frente às essas construções simbólicas que permeiam e dão sentido ao poder, nesse ponto, o tempo está diretamente interligado com a representação coletiva, avançando nesse sentido Maurice Halbwachs⁶ na década de 1980 inserem-se na vertente de macro e microanálise no estudo das representações, a partir do estruturalismo e da fenomenologia, as linguagens dos mitos e dos rituais. Nesse momento, não era só a construção humana que interessava as análises sociológicas e antropológicas, mas os rituais e fenômenos que reproduz e interpreta a partir de um signo ou significado.

Compreender as coisas a partir dos fenômenos gerou uma discussão gigante, pois são as relações efetivadas e materializadas a partir de uma memória que significa e constrói significados, tendo o passado não como mera ilustração da lembrança, mas um processo continuo do que se repete. Pensar essa questão nos remete a um único sentido, a chegada dos escravizados no Brasil, com seus costumes e saberes e a reorganização nesse novo território através da estrutura do símbolo que renasce garantindo a transmissão das suas tradições, rompendo diretamente com o sistema de dominação.

⁶ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Traduzido do original francês *La Mémoire Collective* (2º Ed.) Presses Universitaires de France Paris, França, 1968. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

Torna-se necessário, no entanto, romper com a dualidade ou construção binária de memória para entender outros processos, outros povos, outras culturas e, possivelmente, as memórias que estão submersas através das amarras do desenvolvimento que as mantém subterrâneas e silenciadas, sem chegar aos espaços públicos. Essa formalização que busca trazer e reflexionar o estudo para compreender essas outras memórias indizíveis tem como emergência realocar o olhar para enxergar que possuem seu valor e são detentoras de um saber construído sobre as realidades subjetivas.

As subjetividades das memórias podem ser encontradas não só nos espaços de poder, como elementos aqui anteriormente, mas, em espaços de vivências, como, por exemplo, o território, as casas e o próprio corpo, tendo, por exemplo, um recorte específica desse estudo, as comunidades ribeirinhas e as relações socioculturais na reconstrução do entendimento da sua memória. Sendo assim, as informações não são reconhecidas e conservadas apenas na função psíquica, como menciona Le Goff,

A memória é uma propriedade que conserva certas informações, remetendo em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 366).

Para além da função psíquica, a memória pode ser encontrada nas materialidades deixadas nas impressões que são condicionadas as passagens das culturas herdadas por outros, como exemplifica Britto; Prado (2018), sobre a memória a partir de uma ação corporificada através do seu modo de beber água que remete a lembranças passadas, sendo a única que evoca as através desses pequenos atos as memórias dos que já se foram. Podemos então dizer que um simples gesto o fez lembrar alguém que se corporifica na imaginação e na ação.

BRITTO e PRADO (2018, p. 57), ao analisarem as memórias acumuladas no interior e discutirem as relações de gênero e sexualidade a partir do Museu-Casa de Cora Coralina, os autores evidenciam a metáfora “água da biquinha”⁷ para elucidar lembranças, recordações, questionamentos,

⁷ “Água na biquinha” segundo os autores, (Britto; PRADO, 2018, p.57) é uma metáfora, utilizada como análise no texto, através da poesia de cora coralina que o faz evocar as lembranças do passado.

enfrentamentos e inquietações vivenciadas pelas lembranças que fez evocar esse fenômeno sobre os agentes do seu tempo vivido.

A própria escrita sobre Cora Coralina nos leva a pensar na seleção de uma memória feminina, moradora do Goiás e que não teve espaço em determinadas épocas para se perpetuar em um espaço dito de poder. Trazer essa memória nesse trabalho também é uma busca de compreender e exemplificar como as “batalhas das memórias” são construídas e como são importantes para pensar como elas influenciam o pensamento social, como vai considerar Michael Pollak (1989):

Essa predileção atual dos pesquisadores pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória a que assistimos, e que assumiram uma amplitude particular nesses últimos quinze anos na Europa (POLLAK, 1989, p.4).

Ao mesmo tempo, a metáfora utilizada, por BRITTO e PRADO (2012, p. 57) leva a pensar na imensidão que o simples gesto de beber água na biquinha remete a determinadas memórias, nos reportando como a população beiradeira do Rio São Francisco guardam memórias ribeirinhas não reveladas, que sem a força da biquinha, mas com uma imensidão de água aciona não só o processo de memória coletiva, mas as individuais que remetem ao processo de cada ator social aos acontecimentos que permeiam a lógica da produção da memória.

Na publicação do livro de (LE GOFF, Jaques, 1924, p. 366), é apresentado como a memória é construída socialmente a partir das áreas do conhecimento, no que o autor refere-se inicialmente a história e a antropologia como campos que buscaram compreender essa relação entre memória, delimitando os demarcadores que as matem como categoria de análise nas ciências humanas, buscando compreender nesse sentido a cultura oral e a cultura escrita, evidenciando os determinados tempos históricos.

O que Le Goff (1996), aponta enquanto função psíquica é compreendê-la como mera lembrança do passado, servido para conservar essas informações passadas, negligenciando talvez as memórias que são construídas cotidianamente frente às vivências humanas como produtores de

memória, sendo construída a todo o momento e lembrada através da materialidade, gestos e fenômenos que estão imbricados nas sociedades.

Compreende-se aqui a memória como processo evolutivo vinculado a passagem do homem pelo território e as marcas deixadas dia após dia. No sentido de Le Goff (1996), a memória é apresentada como servidora e produtora de um passado dos privilegiados, dos detentores do poder nos espaços reservados para sua imortalização, ou seja; as pessoas ditas comuns não fazem parte desse processo de direito a memória por ser subjetiva, logo selecionada. Essa linha tênue da memória não revela os mecanismos de disputa, tensões e manipulações de grupos privilegiados.

Mario Chagas (2002)⁸ ao analisar esses campos extremos e desvelar os movimentos que percorrem as relações sociais, apresenta uma discussão entre memória e poder, tenta compreender o discurso composto de:

Som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala (CHAGAS, 2002, p. 43).

O que personifica as memórias são os corpos, que forma a função psíquica. Corpos múltiplos e dinâmicos na atuação do processo de vivência e passagem. Exercer a memória enquanto propriedade de conservar algo, negligência os corpos que produzem essas memórias, inclusive os materiais das mais variadas expressões que são resignificados a partir delas e com elas constroem as lembranças do passado.

É no contexto social e nos modelos de sociedade que são construídas, alimentadas e retroalimentadas pelo poder daqueles que usam essa categoria como uma memória na retrospectiva de um passado muito distante das vivências do presente. Esse distanciamento as torna, talvez, memórias cheias de silêncio, vazio, ausência, esquecimento, dor e traumática.

⁸ CHAGAS, Mário. Memória e Poder: Dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia [S.I.], V19, n. 19, June 2002.

Torna-se necessário conectar as memórias as realidades múltiplas, mas antes disso estabelecer o estudo para compreender como elas se corporificam nas coisas dando-lhes significados e nas pessoas que criam renomes alimentando a colonialidade do ser através das memórias que são oficializadas para atuarem na reprodução e atuação dos lugares legitimadores, do ter e do poder, tendo como discussão o entendimento para memória coletiva e individual na construção de uma possível identidade.

Entender as memórias traumáticas e silenciadas a fim de viabilizar os itinerários da para a formação dessa dualidade e a insurgência em rever e dar também lugar a as memórias inaudíveis e silenciadas através das amarras do elevado processo de destruição que as batalhas das memórias aqui configuradas causam não só aos bens materiais, mas também as vidas de atores sociais que lutam pela sua história e permanência da sua memória.

Como diz Mário Chagas (2002, p.36), “a preservação e a destruição, ou de outro modo, a conservação e a perda, caminham de mãos dadas pelas artérias da vida”. A construção binária de ver as coisas influencia categoricamente o pensamento social e suas formas de relacionamento, onde as determinações do poder engrenadas no circuito das memórias fazem com que outros que a tem direito sejam superiores ao que não tem.

A sociedade de classes pode definir talvez como essa construção também envolva os estudos das memórias e como elas ajudam a recriar essas tonalidades distintas das supremacias aristocráticas que se alimentaram mediante a esses seguimentos de construir e modelar a sua própria existência para além do seu tempo:

Mnemosine, revelando ao poeta os segredos do passado, o introduz nos mistérios do além. A memória aparece então como um dom para iniciados e a anamnesis, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade (LE GOFF, 1924, p. 378).

Se por um lado as memórias coletivas e individuais foram pautas de discussões acadêmicas de forma universais, são essas memórias que estão à tona no contexto de eclosão as vidas humanas homogeneizadas pela permanência histórica. Logo, pensar a preservação de determinadas memórias, torna-se necessário ter consciência de que outras memórias estão deixando para trás, tornando assim, memórias esquecidas e talvez silenciadas:

Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus. Zimrilim (cerca de 1782-59 a.C) faz do seu palácio de Mari, onde foram encontradas numerosas tabuletas, um centro arquivístico. Em Râs Shamra, na Síria, as escavações do edifício dos arquivos reais de Ugarit permitiram encontrar três depósitos de arquivos no palácio: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos. Nesse mesmo palácio havia uma biblioteca no II milênio antes da nossa era e no século VII a.C. era célebre a biblioteca de Assurbanipal em Nínive. Na época helenística brilham a grande biblioteca de Pergamo e a célebre biblioteca de Alexandria, combinada com o famoso museu, criação dos Ptolomeu (LE GOFF, 1924, p. 375).

O contexto das memórias enquanto categorias em que a coletividade surge, é ecoar que esse ser coletivo pertence a todos, sendo necessário entender quês memórias é essas que estão a todo o momento sendo legitimadas e reproduzidas nos ambientes diversos construídos ao longo da história.

Os estudos que envolvem a questão do território em consonância com a memória, patrimônio e a identidade, apresentada como dissertação no mestrado na ULHT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), por Daniel Calado Café (2007)⁹, entram em diálogo com esta pesquisa no sentido que envolve a discussão da memória e patrimônio, oportunizando diálogos de afirmação da contradição da memória nas esferas da camada social perante a relação de poder evidentemente aqui constatada e reafirmada pelo autor.

⁹ CAFÉ, Daniel Calado. Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do Museu do território de Alcanena. Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Lisboa, ULHT (2007).

Os mecanismos de reprodução da memória se legitimada de forma a engrandecer os homens, detentores do poder de uma construção de civilidade, como menciona Daniel Calado Café:

Vejamos: no passado o exercício do poder sobre a memória orientada para os “homens livres”, as famílias abastadas, o clero e outros membros destacados da sociedade funcionava como instrumento de poder disciplinador, controlando o que se pode saber, lembrar, esquecer e pensar. É neste sentido que a memória é utilizada para reprimir os cidadãos, controlá-los – um instrumento muito utilizado pelas ditaduras por todo o mundo (CAFÉ, 2007, p.40).

Essa construção de disputas em que as memórias são inseridas, a pensar nesse sentido de coletividade, é designar que o maior ser é o que possui o poder, os que constroem, potencializam e definem os caminhos, como por exemplo, agiu a repressão em grandes centros de batalhas em que o poder em exercício propõe a manutenção da sua soberania e tem como forte indicativo as memórias que se alocam nos espaços construindo determinadas mentalidades em que o indivíduo constrói um ser soberano e passa a respeitá-lo pelos seus bens que renomeia e dá sentido ao seu poder.

Entender o processo em que a memória e as categorias se constroem é preciso para reaver os silêncios permeados nos diversos territórios que compõe a sociedade, porém, não há como mensurar as diversas memórias sem entender esses mecanismos de disputas universais ao qual foram e continuam sendo construídas, visando conhecer os potenciais utilizados para promover uma memória que ganham sentidos coletivos, mas o único objetivo é ter sua memória individual em permanência e atuação constante, Nesse caso, as provocações a outros povos se diluem quando estes passam a contestar quês memórias são essas que são constadas e permanecem sempre em evidência, tendo como parte de subverter essa lógica de poder dando poder a outras memórias que evocam o passado histórico comprometendo como potencial de transformação as suas próprias histórias em contornos com as realidades possíveis de cada ser social:

Em suma, se a Memória pode reprimir ou libertar, poderá ser utilizada pelo Poder para produzir esquecimento e/ou memória. Por outro lado, a Memória em si tem o potencial para servir e

criar poder ou, ao invés, produzir resistência a esse mesmo Poder (CAFÉ, 2007, p.41).

A memória ao qual se institui o poder vem sendo discutido com muita frequência nesse trabalho, mas ao mesmo tempo cabe à reflexão a respeito de como esse poder é construído socialmente. Será que a memória que constrói, ela tem poder de construir ou ela é construída? Todos nós somos dotados de memórias e nossas trajetórias percorrem na ação que querer conservá-las para além do seu tempo, porém, as memórias são cogitadas por agentes a privilegiar os grandes feitos da nacionalidade a fim de salvaguardar e promover a identidade, em contra partida corrobora no esquecimento de outras memórias. Nesse sentido, fazer com que as memórias esquecidas e silenciadas venham a público, não é dar poder, mas, resistir a esse poder que sempre imperou e teve esse lugar de destaque nos espaços museológicos institucionalizados.

A reflexão aqui não é promover a memória como um campo que se materializa na própria instituição, mas concebê-la como uma memória de resistência, aonde os corpos e o território são os próprios locais e espaços, descentralizando a visão posta como espaço de memória e renegando a visão ocidental dos estudos da memória para reconhecer outros aspectos. Não se descaracteriza desse modo, o conceito de memória estabelecida por Jaques Le Goff (1924), porém reconhecemos que a função psíquica é formada ao que se pressupõem os estudos para compreendê-la como mecanismo biológico da natureza em que o homem e a mulher são dotados de saber.

Por outro lado, estendemos a discussão a conceber a memória como “corpo” que carrega na corporeidade as marcas do passado atualizadas no presente, podendo assim evocar acontecimentos transversais da história de atores sociais ocasionadas pelas cicatrizes, essa extensão da memória corpo significa dizer que é um mecanismo de acionador de memória na reconstrução da materialização de suas próprias construções sociais, para além de uma função psíquica, tendo como exemplo que se aproxima a memória traumática como itinerário deste estudo para compreender as relações de contraposição que se opera nesse coletivismo embutido nas memórias coletivas que parte da universalidade dos fatos representativos para uma sociedade global sem

atender as especificidades e as necessidades dos grupos que compõem essa sociedade.

As representatividades da memória a qual tem se discutido até aqui vai para além de um objeto material instituído ou institucionalizado, nesse contexto cabe-nos pensar na memória que sobrevive com os traumas dos processos históricos e das disputas pelos lugares que se refugiam entre as condições de sobrevivência ao quais as pessoas são colocadas e sub classificadas mediante a esse espaço que ocupa, o que inclui também uma relação de poder se pensar as ações que envolvem esse campo de conflitos.

Diante disso, é preciso entender o conceito de “pós-memória” aqui compreendida por (SANTOS, 2013, p.64) como, a experiência que é transmitida entre gerações, de forma intersubjetiva, experiência esta que reativa os comportamentos que caracterizam como reação ao trauma. Desse modo, é imprescindível a compreensão para a construção da memória evidenciando fatos construídos que partem de uma subjetividade para promover atos e ações.

Nessa questão a memória traumática adentra nesse contexto para provocar os itinerários desse campo de estudo em que a memória não é somente as que constroem narrativas a partir da escrita, mas da oralidade que constituem os fatos a partir das relações sociais, podendo contribuir para a evidência de novos contextos históricos.

A partir dessa discussão ao avanço do que é memória e suas categorias, os autores (as) vão definindo e reconhecendo o direito a memória, na consideração da subjetividade. Se a construção binária estava evidenciando apenas fatos históricos, as relações culturais da memória passam a incrementar outros interesses, como por exemplo, a de privilegiar outros grupos que historicamente foram marginalizados e esquecidos dos processos de definição a próprio conceito de memória e da institucionalização, sendo possível enxergar a memória como uma propriedade de direito civil e de reconhecimento se estiver atrelada a um espaço de poder que tem como fim legitimá-la conseqüentemente. O que vai considerar (SANTOS, 2013):

A memória cultural, diferentemente da memória comunicativa, é institucionalizada, celebrada, cultivada, formalizada, estabilizada por meio de símbolos materiais; ela não faz parte da comunicação do dia a dia, mas são transmitidas por rituais, mascaradas, danças e símbolos; são formas de conhecimento institucionalizado (SANTOS, 2013, p.64).

A partir dessa assertiva, partimos para um olhar aguçado a respeito da memória cultural buscando entender como esse processo se difunde nas sociedades humanas, ou seja, segundo essa concepção é necessário que a memória esteja inserida em um espaço para motivá-la a sua existência e para perpetuação dos imaginários, permitindo cumprir sua função para o indivíduo se lembrem do passado. Nesse caso, para promover uma lembrança ao passado é existir pontos fixos em que a memória em exercício faz ligação aos atos e sentimentos que nutrem a volta ao passado, promovendo a lembrança do presente.

Entender o processo da memória como um evento crítico fez parte desse estudo para o avanço em pensar a memória indizível, silenciadas e construídas encimas da dor, da perda humana e da contraposição ao sistema que legitima determinadas memórias em consequência da negação de outras. Nesse campo, a memória coletiva está relacionada ao caminho da promoção de uma identidade universal, o que reverbera o conhecimento da construção de nacionalidade e a formação da manutenção daqueles que estiveram sempre no poder.

Michael Pollak (1989), ao analisar a relação do não dito busca elucidar as questões que envolvem o silêncio a partir da consolidação de uma memória oficial frente as memórias que surgem dos processos de dominação história sobre as classes populares. Segundo ele, “No momento do retorno do reprimido, não é o autor do "crime" (a Alemanha) que ocupa o primeiro lugar entre os acusados, mas aqueles que, ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas.” (POLLAK, 1989, p. 7). O silêncio muita das vezes parte da subordinação do outro que tem o poder nas mãos para oprimir, o que torna também memórias traumáticas que fazem parte de um processo de dor ter que conviver com o silêncio.

Os estudos do entendimento da memória traumática tiveram um dos objetos de análises o holocausto, evidenciando a memória da dor, trazendo para o mundo da história um momento de comoção que permeia os sentidos da construção daqueles que lutavam para estarem no poder, seja ele através do estado ou da religião. Em contrapartida desse evento que se exemplifica aqui, na Alemanha foi criado memoriais para nunca mais esquecer o passado e para que esse passado não se repetisse novamente, sendo necessário recordar, tendo como parte da funcionalização de uma memória traumática para a sua história.

É nesse aspecto que, segundo a autora, as memórias podem voltar em forma de pesadelo ou restrições à ação consciente por não terem sido capazes de serem vivenciadas plenamente e, portanto, neutralizadas pelo sujeito no passado. Em consequência disso, (SANTOS, 2013) afirma que:

Em casos de violência extrema, como no Holocausto, ou mesmo em casos em que a violência atinge a alma ou o espírito, como tem sido diagnosticado em comportamentos abusivos muitas das vezes imposta as mulheres, crianças, idosos, negros, homossexuais, o passado ressurgem não como uma narrativa de um evento vivenciado anteriormente, mas através de relações que iniciam a incompletude dessa experiência (SANTOS, 2013, p. 63).

Nesse modelo de ação e reação a memória tem um poder que ao invés de evidenciar contextos e símbolos trazem à tona a dor da causa em que as pessoas foram colocadas ou subalternizadas, tendo como exemplo as lutas e os movimentos sociais que se efetivaram ao longo dos anos, colocaram em evidência os fatos reorganizados pela ação da materialização da memória através dos modelos de documentos que as mantém por vezes legitimadas. Podendo assim:

Admitir-se o colapso da compreensão e a incapacidade de testemunhas de traduzirem por meio de narrativas a experiência vivenciada, que muitas das vezes retorna como se estivesse impressa em uma tela, sem tradução. Por mais que explicações sejam procuradas para barbáries cometidas, o excesso permanente além da compreensão (SANTOS, 2013, p. 63).

No Brasil, as memórias que foram construídas e escritas submetem-se a lógica de uma herança ocidental europeia, tendo uma história de

subalternidade do povo brasileiro, já que se opera nesse território o processo de colonização e os espaços eram selecionados para salvaguardar acervos das vitórias no processo de construção da nacionalidade, evidenciando assim a relação de poder existente nessa relação de imposição de uma cultura sobre outra.

Não se pode aqui querer compreender a abordagem da história ocidental sem se propor a pensar como as memórias foram difundidas na relação de continentes que detinha um poder e dominou através das ideias, das artes, músicas, dentre outros...

Para isso, é preciso remeter-se aos estudos e compreendê-la como a formação do Brasil foi construída a partir de um processo de escravidão de vários povos, principalmente os escravizados trazidos do continente Africano:

As antigas narrativas que mostravam instrumentos de tortura e escravos no tronco têm sido gradativamente abandonados por estarem sempre associados a diagnósticos de subordinação e vitimização dos escravos. A construção do passado dos descendentes de escravos tem ocorrido em torno de questões como a presença de traços africanos, em contraposição à assimilação e à adaptação cultural (SANTOS, 2013, p.65).

A memória traumática apresentada por POLLAK (ano) vem sendo designada a uma contraposição da lógica em que os discursos e narrativas foram construídas, trazendo a tona o processo de apagamento e negligenciamento da verdadeira história daqueles e daquelas que nunca o tiveram como base do direito.

O processo de escravidão no Brasil foi um fato das amarras políticas do poder que legitimaram ao longo do processo histórico que os escravizados não detinham esse direito pelo mecanismo cultural, remetendo discursos como esses a partir da pele do outro, compreendendo enquanto raça inferior e por isso estava predestinado a ocupar esse lugar de subalternidade, servindo aos senhores de engenho, ganhando no pós-abolição a favela como principal conjunto habitacional de moradia.

A memória coletiva teve um papel fundamental nesse breve contexto histórico e vai estar diretamente ligada a subposição frente a essas

marginalidades de povos da sociedade que nega o direito cultural os colocando como grupos subalternos que tiveram como marca do direito a memória, aquela carregada com as feridas do passado, como por exemplo, o processo de colonização e escravidão. Esse é apenas um exemplo, pois no Brasil, um país plural e diversos enquadramentos das ditas minorias acontecem a todo o momento.

O que nos leva a pensar nessa construção é a marginalização do Continente Americano, bem como no caso específico dos Brasileiros em sua diversidade e pluralidade cultural. O princípio que os agentes da memória tiveram ao longo do tempo, ao qual expomos nesse trabalho, é de constatar uma memória que embora coletiva privilegiasse a poucos, principalmente no que repercute os silêncios da história e as manipulações que coloca em jogo não só a memória, mas, a vida daqueles que foram e continuam sendo excluídos de ter direito a sua história.

Entender as memórias traumáticas e silenciadas tem como objetivo viabilizar os itinerários da formação da dualidade a elas empregados, tendo como norte nesse contexto a insurgência em rever e buscar evidenciar as memórias indizíveis e silenciadas através das amarras do elevado processo de destruição que as memórias aqui confederadas, causam não só a um espaço físico, mas também às vidas de atores que lutam pela sua história e permanência da sua memória.

Torna-se necessário conectar as memórias as realidades múltiplas, mas antes disso estabelecer o estudo para compreender como elas se corporificam nas coisas dando-lhes significados e nas pessoas que criam renomes alimentados a colonialidade do ser através das memórias que são oficializadas para atuarem na reprodução dos espaços legitimadores, do ter, do ser e do poder, tendo como discussão o entendimento para memória coletiva e individual na construção de uma possível identidade Nacional criadora de mitos co-fundadores, reconhecendo Mário Chagas (1997), que é preciso avançar e delimitar as fronteiras, afirmando que:

Indicar que as memórias e os esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento

de que eles resultem de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos (CHAGAS, 1997, p.44).

Nesse sentido, a abordagem irá promover o interesse pelos processos e atores sociais que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias. Partido para análises de outros pontos sensíveis de erradicar o sentimento de pertencimento e reconhecimento das memórias que se contrapõem aos processos de dominação, podendo romper com a noção de memória dos registros documentais para a aproximação da memória através da oralidade, aonde os grupos vulneráveis podem também estabelecer uma ponte de ligação e conectar-se com as suas diversas memórias. Salientando, Michael Pollak (1989):

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial”, no caso da memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados (POLLAK, 1989, p. 4).

É nesse processo de construção de uma multiplicidade de abordagem a respeito da memória como parte de um entendimento de sociedade que esteve postulada a uma memória pautada no coletivismo, que as memórias entram em disputas pelo espaço a partir da contestação do seu devido lugar. Todos esses movimentos dentro do campo das memórias estão diretamente interligados aos processos pós Segunda Guerra Mundial, ao qual diversa área do conhecimento parte para repensar os conceitos e categorias de suas áreas, com as memórias não foi diferente.

A criação do sentido coletivo de memória junto a essa noção de nacionalidade acentuou o caráter destruidor do pertencimento as memórias que poderíamos classificá-las como insurgentes, que são as silenciadas, que não se reverberaram nos espaços públicos, pensando em Brasil e

nacionalidade a partir deste campo de estudo é possível identificar que memórias silenciadas estão diretamente interligadas a noção de grupos, destacando os indígenas, que sofreram todo o processo de colonização durante a invasão dos portugueses as terras nativas, os africanos que foram trazidos de suas terras para serem escravizados no Brasil, os ribeirinhos, nativos das terras brasileiras recatados por rios cuja fonte de sustento de renda consiste na pesca artesã, as mulheres contestando seus espaços, conto tantos outros grupos que foram e continuam sendo marginalizados.

Os pesquisadores desse campo investigativo a incorporarem as narrativas como fonte que subverte a lógica daqueles que se baseavam através da escrita para salvaguardar a memória nacional em detrimento daqueles que não teve a sua história contada nem resguardada, a não ser a história que foi construída e contada por aqueles que detinham o poder da escrita, uma memória que subalternizou os povos aqui supracitados, alimentando a clandestinidade dessas memórias, como vai afirmar (POLAAK, 1989):

Essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina” ocupa a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (POLLAK, 1989, p. 5).

Após os incrementos das discussões a respeito desses mecanismos de disputas que envolvem as memórias, foram apropriadas por (POLLAK; SANTOS; CHAGAS; BRITTO) e cedidas outras discussões para além desse ser coletivo, podendo assim, alguns atores ocuparem determinados espaços na sociedade e promover o diálogo a respeito da pluralidade de memórias que possam existir e resistir a todos esses processos de manipulação do poder frente às minorias subalternas entre os silêncios que permeiam o campo das memórias.

Apesar de alguns avanços e direitos conquistados a partir de alguns grupos considerados vulneráveis aos espaços públicos, notadamente nem todos são incluídos de modos a mostrar a sua verdadeira história pautada na construção da memória que se efetiva e constrói mentalidades que delimitam

os caminhos da possível aceitação daqueles que foram injustiçados ao longo do tempo e continuam negligenciados desses processos de inclusão da memória que remete ao passado para reescrever os contextos históricos de forma acentuada.

Dessa forma, os grandes conflitos históricos, as batalhas e guerras a fim de assumir um poder de uma Nação e se sobrepor a outra sempre estiveram por trás de muito sangue, o que corrobora nos silenciamento e aprisionamentos das memórias indizíveis.

Se a Alemanha tem o Holocausto como exemplo dessas memórias “não ditas”, no Brasil, por exemplo, se tem as memórias da Ditadura Militar que fazem parte do mesmo processo, embora em contextos diferenciados. Essas ações são contundentes na construção de uma nação, porém, os fragmentos existem na concepção de memórias que são soterradas e silenciadas à custa do poder civil perante o Estado que oprime, conforme salienta Michael Pollak (1989, p.6), “a essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas, pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das férias dos pais”.

A função do indizível tem poder controlador do estado perante as armadilhas do passado conta as minorias, sendo fruto da perseguição dos poderosos contra os oprimidos da sociedade, tendo por base a negação do direito as memórias que num sentido coletivo reverbera também o trauma vivenciado cotidianamente por aqueles que sistematizam a lógica do poder através do discurso que fomenta o indizível. E mais uma vez, Michael Pollak (1989), utiliza a categoria de dizível e indizível para analisar as lacunas que existem e as estratégias de legitimação de determinados grupos através dessa linha tênue que se fortalece através dos agentes:

A fronteira entre o dizível e indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado deseja passar ou impor (POLLAK, 1989, p.8).

Em consonância com essas ações de imposições que acarretam as memórias, no trabalho em que a busca é pelo lugar de direito e não de

privilégios, ornamentando espaços que precisam se ocupar da luta pela soberania popular e que sobressai através dos itinerários de grupos, é possível perceber que as memórias indizíveis fazem parte do projeto que as coloca como subalternos frente a essas batalhas na busca pelo espaço que envolve também uma relação de poder.

Como menciona Mário Chagas (1997, p. 37-38) “É o choque entre esses dois movimentos, com a vitória ainda que temporária do segundo, que gera a possibilidade de a memória constituir-se em grande detonador de transformações e mudanças individuais sociais”. Movimentos esses que se cruzam e se distanciam, memória e poder, tem estabelecido um caminho para a transformação, se no início do estudo a memória, esteve interligada ao poder. Nessa contraposição torna-se evidente que delimitar esses movimentos tem contribuído para o crescimento das diversas memórias nas batalhas por lugar de reconhecimento.

O que transcende toda essa discussão entre memória e as categorias tem-se pensando no quanto elas ajudam e reafirmam a existência de todos, por isso, considera-se aqui que o espaço da memória ao qual toda essa discussão se propôs tocar, seria pensando numa sociedade ocidental e suas influencias nos países colonizados, como no Brasil.

Nesse caso, os lugares que detém o poder da institucionalização da memória são; Museus, Arquivos e Bibliotecas. Aqui estamos considerando as memórias que se alocam nos objetos e documentos. Porém, cabe-nos remeter a própria lógica que se concebe como espaços da memória, templos sagrados, espaços das musas, para ir além, pensando pelo viés do território e do lugar de fala e ancoragem do nativo.

Podemos viajar um pouco, embarcando na categoria “Imaginação Museal” (CHAGAS, 2013), para pensar o território também como um lugar de saber e de potencialidades, que se diferencia obviamente daqueles construídos a partir do campo de batalhas para construir poder econômico e cultural. Não queria aqui tocar no nome Museu, nem estabelecer conexão desse trabalho a extensão dele como espaço que se codifica algumas organizações e ornamentações de memórias rearranjadas e reorganizadas.

Estamos nos direcionando a Museologia e assumindo um comprometimento de avançar para pensar a memória museológica territorial, cercada também de signos e significamos memórias não musealizadas, mas que tem sua existência para além da relação de poder, de troca, de visibilidade. Este estudo de memória vai além do espaço concebido que salvaguarda e mantém a eternidade memórias de grupos selecionados.

O que eleva essa pesquisa é as fragmentações que existe em torno do patrimônio, com a ideia de herança patriarcal, avançando a se pensar nos “fratimônios” relativos às relações e vínculos que outrora existia na comunidade do Cabeço, carregados de significados, que se opera na dinâmica da própria subsistência do convívio do grupo específico aqui, em tons de familiaridade envolvendo os ribeirinhos.

Se pensar no caso da patrimonialização e da musealização, podemos pensar, será que todo objeto de valor está no museu? O que é valor? Valor para quem? O que queremos problematizar é como são construídas as coisas a fim de também, como a memória, privilegiar e se aproximar apenas de grupos seletos.

Nesse caso, entramos no campo para dimensão social, onde se estabelece critérios para delimitar a quem pertence determinadas memórias e quem as tem direito de possuí-la pensando pelo caminho da Museologia enquanto área que tem se aproximado dessa discussão e está diretamente ligada a memória que envolve os conflitos, silenciamento, ausências e esquecimentos, como abordado a seguir.

3 POVOADO CABEÇO: LUGAR DE SILENCIAMENTOS, ESQUECIMENTOS, MEMÓRIAS E CONFLITOS

Este capítulo traz a presença da Museóloga Marcelle Pereira, mulher que tem dedicado os seus estudos ao entendimento da museologia social em uma perspectiva Decolonial para o entendimento de uma área do conhecimento que vai além dos espaços museológicos, que não se limita a

apresentar caminhos e possibilidades para outras existências, presenças e insurgências que precisam vir à tona na Museologia.

Por este intuito, não nos estenderemos aqui nos conceitos da museologia social, evidentemente, esta discussão veio à tona no capítulo anterior, mas, buscaremos evidenciar alguns atores da museologia que dialoga diretamente com a Teoria Decolonial, área do conhecimento, que vem se fortalecendo na desconstrução de um paradigma colonialista que impacta toda uma sociedade.

A Teoria Decolonial, de acordo com Pereira (2018), surgiu na década de 1990, por intelectuais latino-americanos situados em diferentes universidades das Américas. Tem atentando seus estudos para uma teoria que buscar alinhar o próprio território americano, partindo da negação do continente que os colonizou e que reverberou nas existências de uma sociedade em que as estruturas ainda condicionam os lugares de um povo historicamente posto ao lugar do subalterno.

Dessa forma, foi criado um grupo de pesquisadores que buscou revisitar o argumento pós-colonialista por meio da noção de “giro decolonial”, o que provocou uma drástica revisão epistemológica no campo, trazendo críticas consequentemente renovação crítica e utópica das ciências sociais no século XXI. Ainda assim, Pereira (2018), vai nos dizer que:

A defesa do “decolonial”, nas suas esferas políticas, epistêmica e teórica é posta como necessária pelo grupo (M/C), como estratégia de sobrevivência para estar no mundo cercado pela permanente colonização em escala global. Contribuindo com a renovação da tradição crítica do pensamento latino-americano (PEREIRA, 2018, p. 84).

Essa renovação parte do entendimento para a construção de uma escola de pensamento que esteja vinculada ao lugar, o que necessariamente não desacredita da construção do movimento pós-modernista e pós-estruturalistas, mas considera-se um avanço de um movimento que surge da América Latina para analisar questões sociais, econômicas e políticas que são inerentes ao lugar, realocando o pensamento para dar conta dos fenômenos que estão inseridos numa realidade única de regiões que foram colonizadas.

Pensar esse lugar como possibilidade de desenvolvimento dentro da própria ciência, é, principalmente, questionar quem somos, já que parte de uma reconfiguração do campo do conhecimento. Desse modo, Marcele Pereira (2018) afirma:

A transformação no campo das ciências sociais, configurada no cerne da própria base epistemológica, se deve a busca por reinvenção do “oriental”, buscando se desvencilhar da produção de conhecimentos pautados pelo exercício e dominação do “outro” neste caso em contraposição aos do “ocidente” produtor de subalternidades. A denúncia feita pelos grupos pós-coloniais é de que as ciências sociais contribuíram para a criação de um imaginário sobre o mundo social do sujeito subalterno (PEREIRA, 2018, p. 85).

Atrelamos este estudo no campo das ciências, trazendo outra mulher, para focalizarmos o lugar de grande importância na construção do conhecimento em territórios colonizados. Em 1942, Gayatri Chakvort Spivak, já estava pensando sobre esse lugar do subalterno, escrevendo o livro “*Pode o subalterno falar?*” Trazendo uma grande discussão para o campo das ciências sociais e humanas a respeito das mulheres e as amarras que contradizem as histórias e negação que envolve lugares, saberes e trajetórias.

O livro foi traduzido para o Brasil em 2010 por Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos André Feitosa e André Pereira Feitosa, Editora da UFMG. A obra proporcionou pensar sobre o pós-colonialismo, crítica, políticas culturais e crítica feminista. O que nos envolve no levantamento da discussão a respeito de uma teoria que leva a contestação do sistema colonialista contemporâneo, pautando a emancipação dos sujeitos, porém, destacando principalmente as amarras que são colocadas a esses sujeitos no mundo social, redefinindo na sociedade contemporânea o lugar do subalterno.

A autora atrela as vidas femininas e questiona o próprio lugar, buscando compreender como se configura a “filosofia da negação” categoria apresentada por (ALTHUSSER, 1968, p. 66) frente à atuação da mulher no cenário que parte da intelectualidade, dizendo que:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades Globais. A representação não definiu a mulher intelectual como

uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 1942, p. 124).

Pensar esses lugares, dos sujeitos subalternos, estar evidentemente interligada a Teoria Decolonial, no sentido em que reconfigura e traz mais uma vez a crítica, elabora uma teoria que serve de fundamentação para vários sujeitos, partindo do lugar de contestação das amarras do poder que os conduzem, evidentemente, a uma subalternidade. “O grupo de Estudos Subalternos criado em princípio no Sul Asiático também serviu para reforçar o pós-colonialismo como movimento epistêmico e acumulou desdobramentos em vários outros países influenciando os estudos variados” (PERERIA, 2018, p. 85-86).

Ainda assim, cabe-nos pensar sobre a realidade do subalterno a partir da realidade do não subalterno. Essa linha tênue da dualidade dos fatos parte da negação de determinados grupos para o direito de outros. Esse exame de contestação reelabora um panorama social em frente às construções e os lugares de poder assumido por uma sociedade não subalterna. Pensar esses extremos é importante, uma vez que contradiz esse lugar que é configurado na sociedade, atribuído ao poder, que gera assim nos países subdesenvolvidos as desigualdades sociais, advindo de uma estrutura da relação do ser e atrelado as condições do ter.

Trazer essa discussão parte evidentemente da compreensão de uma museologia para além dos muros estabelecidos e retroalimentados pela memória e pelo poder, podendo compreender a partir da multidisciplinaridade outras áreas esses fenômenos que pairam o campo dos museus. Em contrapartida, esse trabalho estar atrelado a um lugar que parte do silenciamento, esquecimento, dor e conflito.

Buscamos inspiração desse lugar de negação, subalternidades para avançar a museologia compreendendo outros espaços, outros povos e outros territórios. Considerando necessário um estudo para compreender no Brasil o lugar do ribeirinho frente às amarras do poder e do progresso, com perdas de direitos significativos e inerentes as vidas alocadas e condicionadas ao lugar de subalternidade.

Sendo assim, pensa-se nesse trabalho como se torna necessário o atendo da museologia, principalmente em Sergipe, para romper os muros das desilusões museológicas, compreendida aqui com a perpetuação da memória nesses espaços de colonizadores que vieram, invadiram nossas terras e civilizou o incivilizado.

Pensar por essa manutenção se abrir espaços para outros caminhos e povos condiciona a museologia a um lugar de ilusão, pautada na mera ilustração de uma história narrada na negação. É fechar o olho para a realidade que nos cerca e se distanciar da história do povo que é perseguido e colocado nas amarras do silenciamento, não tendo direito à voz.

De acordo com Marcelle Pereira (2018):

É necessário estar atentos às novas formas de produzir contra a hegemonia em um mundo de discriminação e desigualdades onde o desejo é proporcionar elementos que contribuam com a criação de alternativas a partir do cenário de oportunidades postas pela Museologia, seus processos museais e sua capacidade de inspirar musealidades transgressoras (PEREIRA, 2018, p. 87).

A Museologia deve estar a serviço da sociedade, dos povos tradicionais originários, dos povos que foram arrancados de outros territórios para serem aqui colonizados, de povos ribeirinhos que vivem à margem do rio para sobreviver, tendo como única fonte de subsistência, dos LGBTQI que sofrem as perseguições das armadilhas daqueles que se postularam sempre a discriminação para permanecer no poder; as mulheres que enfrentaram e enfrentam ao longo da história a luta contra a violência sexual, física e simbólica. Existem temáticas que partem de realidades múltiplas que a Museologia precisa encarar, principalmente aqui em Sergipe, lugar onde os discentes partem para a formação com medo de enfrentar temas urgentes e insurgentes.

O Museólogo e professor Mário Chagas junto à Inês Gouveia escrevem o texto "*Museologia Social: Reflexões e práticas (à guisa da apresentação)*" onde traduz para a sociedade acadêmica na área da museologia, as provocações de se pensar outras questões que não necessariamente esteja

dentro do Museu enquanto instituição, fomentando o lugar dos invisibilizados na sociedade, falando do comprometimento da Museologia a partir dessa área do conhecimento que nos permite pensar e avançar para alavancar a representação de grupos “minoritários”:

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas; mas isso não acontece, não é verdade e sobre esse ponto não devemos e não podemos ter ingenuidade (CHAGAS; GOUVEIA, 2015, p. 17).

Partimos dessa alerta para buscarmos avançar e pensar nas consequências que a comunidade ribeirinha, do povoado Cabeço. Foram colocadas e realocadas a uma vida de subalternidade, o que também está traduzida na negação dos direitos em virtudes da memória.

Por esse atento, evidenciamos as discussões que partem dos conceitos de memória para buscar entender as categorias e delimitar este estudo a partir desse entendimento. É preciso avançar ao reconhecimento de outras museologias e representações que existem nos micros espaços, não apenas ao espaço institucionalizado. Se museu é lugar de memória, esquecimento, conflito, voz, silêncio, dor, ausência e presença, é preciso ir junto à museologia aos lugares que parte da negação da memória e história.

Nesse sentido, poderíamos aqui trazer uma carga de temas pensando a partir dessa relação de negação do subalterno, porém, como recorte específico da pesquisa, partimos para analisar o povoado Cabeço e o processo de desterritorialização que os moradores enfrentaram a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó entre os municípios de Canindé do São Francisco/SE e Piranhas/AL, atrelado a um fator de subalternidade que está

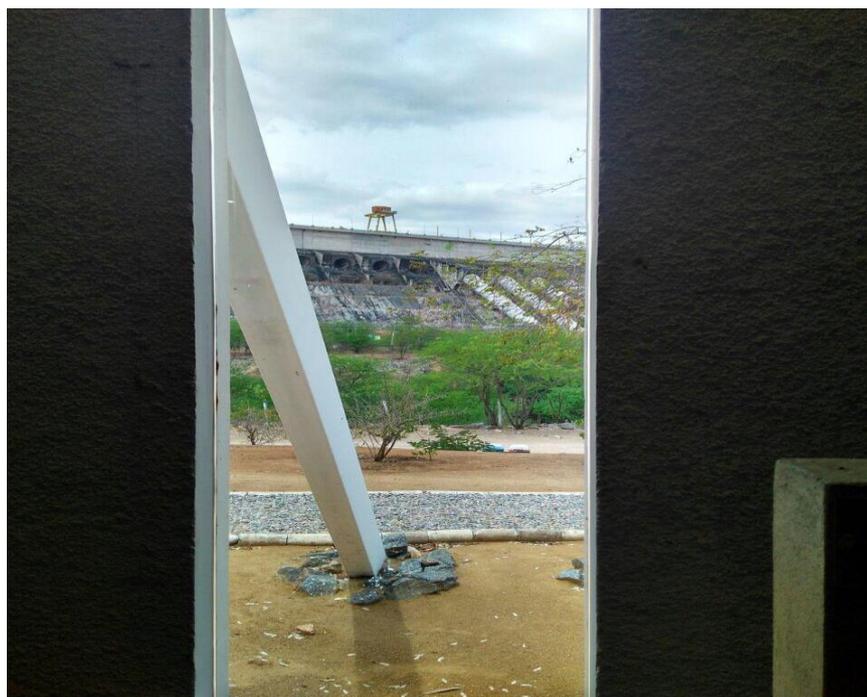
ancorada nas relações sociais, as vivências desse grupo e lugar que residem, as beiras do Rio.

3.1 A memória documentada a partir do olhar de um outro lugar

Em visita ao Museu Arqueológico de Xingó (MAX), no dia 13 de janeiro de 2018, conheci a Usina Hidrelétrica de Xingó da porta do Museu. Pensando sobre as leituras que já havia realizado, fiz um registro fotográfico de longe, na minha memória só vinha meados de 1997, mesmo sem ter vivido o que o povo do povoado Cabeço viveu com processo de desterritorialização por conta da construção, e, ao me entregar a esse estudo, senti o desafeto de vê-la.

Abaixo, segue os registros das imagens da Usina Hidrelétrica de Xingó a partir do espaço interno do Museu Arqueológico de Xingó (MAX):

Figura 01 – Usina Hidrelétrica de Xingó, Canindé de São Francisco/SE



Fonte: Acervo pessoal, registro feito em 13/01/2018.

As recordações pairaram ao analisar a dimensão da Usina Hidrelétrica de Xingó de Dentro do Museu Arqueológico de Xingó, ao mesmo tempo em

que se pensa na categoria de análise defendida por Marc Augé (2014) “*lugar e não lugar*” que abordam as relações correlacionadas nas experiências de vida.

Em detrimento dessa categoria, analisam-se aqui as transformações em virtude do processo de globalização que trazem benefícios, porém, muitos impactos as vidas humanas. Como AUGÉ (2014) nos explica: “as transformações que atualmente ocorrem na vida cotidiana de cada um de nós, e que resultam do processo de globalização, refletem-se na nossa relação com o espaço, o tempo e os outros.” É pensando por esse viés antropológico de lugar que me vi pensando em mim e nos moradores do povoado Cabeço ao enfrentarem o processo de desterritorialização, como processo da funcionalização da obra como se pode ver a imensidão na figura 02:

Figura 02 – Visão ampla da Usina Hidrelétrica de Xingó



Fonte: Acervo pessoal, registro em 13/01/2018.

Se por um lado existe o processo de represar água para gerar energia elétrica para uma determinada população, por outro existem pessoas que necessitam dessa mesma água para sobreviver, coincidindo assim, nos impactos que intervém na Foz do Rio São Francisco e, conseqüentemente, no Povoado Cabeço, local onde reside aproximadamente 120 famílias, totalizando

400 moradores que passaram pelo processo de desterritorialização e perda do lugar de origem.

3.2 Intervindo no rio, impactando os agentes e o lugar

De acordo com o noticiário da Folha de São Paulo, em 12 de fevereiro de 1994, sobre a inauguração da Usina Hidrelétrica de Xingó se destaca como uma das obras mais caras:

A hidrelétrica de Xingó, na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe, se transformou na mega obra do governo Itamar após o fracasso do projeto de transposição de águas do rio São Francisco. A usina é a maior e mais cara construção pelo governo brasileiro a ser inaugurada nesta década. Seu preço é USS 3,2 bilhões, valor equivalente ao custo de construção das usinas nucleares de Angra 1 e 2 somadas (Folha de São Paulo, 1994).

A folha de São Paulo noticiava naquele momento os anos que durou a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, considerando uma das grandiosas obras já feita no Brasil nesse seguimento. Revela, ainda assim, as divergências internas envolvendo gestões de alguns presidentes no Brasil para inaugurar a obra que passou, conseqüentemente, por quatro governos.

Em 1997, a Usina foi oficialmente inaugurada por Fernando Henrique Cardoso, como apresenta na figura 03 a seguir:

Figura 03 – Placa de homenagem ao Presidente da República



Fonte: <http://blogdobilhetepremiado.com.br/usina-hidreletrica-de-xingo-baixo-sao-francisco/>

Através da consulta realizada ao acervo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil), foi possível constatar que a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, contou com a primeira empresa pública de eletricidade do país, a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco):

Em abril de 1944, o ministro encaminhou ao presidente Getúlio Vargas o anteprojeto de criação da Chesf, justificando o empreendimento como obra-chave para o desenvolvimento do Nordeste. Apolônio Sales também frisou a necessidade de deter o acelerado desequilíbrio entre o Nordeste e o Sudeste como um “imperativo da unidade nacional”. Seu plano original previa o aproveitamento múltiplo das águas do São Francisco, associando a produção de energia a projetos de irrigação e navegação, como vinha sendo feito nos EUA pela Tennessee Valley Authority (TVA). A Chesf recebeu concessão pelo prazo de 50 anos para efetuar o aproveitamento industrial progressivo da energia hidráulica do São Francisco no trecho compreendido entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), bem como autorização para fornecer energia elétrica em alta tensão aos concessionários de serviços públicos de uma ampla região do Nordeste e, respeitados os direitos de terceiros, realizar a

distribuição direta de eletricidade. A área de atuação da companhia foi delimitada por um círculo de 450km de raio em torno de Paulo Afonso, abrangendo 347 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que somavam 516 mil km², situados em grande parte no Polígono das Secas (BRANDI, FGV, CPDOC, VERBETE,2009).

Apesar da importância do Setor de Minas e energia no Brasil para a geração de luz e eletricidade e todo o investimento feito pelo governo brasileiro para aperfeiçoar o desenvolvimento do Nordeste, as construções das Usinas Hidrelétricas trouxe benefícios, como também seus impactos, afetando diretamente a vida de brasileiros, pescadores e agricultores que vivem à margem do Rio São Francisco.

Em consonância dos acontecimentos, os impactos iniciaram devido a crise do setor financeiro na década de 1980, o que ocasionou contratempos:

Xingó, maior usina do sistema Chesf, também sofreu uma série de contratempos no processo de construção. Localizada no trecho final do cânion do rio São Francisco, entre os estados de Alagoas e Sergipe, hidrelétrica acrescentou 3 mil MW de potência ao sistema gerador da companhia. As privilegiadas condições do aproveitamento permitiram a previsão de um custo bastante baixo de implantação com impacto social quase nulo, pois o reservatório de Xingó inundaria áreas praticamente desabitadas e sem exploração agrícola. As obras iniciadas em outubro de 1987 foram interrompidas dois anos depois por falta de pagamento às empreiteiras (BRANDI, FGV, CPDOC, VERBETE,2009).

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Xingó inundou áreas habitadas e com exploração agrícola. A ordem do discurso precisa vir à tona para apresentar o sofrimento do povo do Baixo São Francisco, principalmente após a inauguração da Obra de grande dimensão e que trouxe impacto difícil cuja dimensão simbólica e material é difícil de mensurar, principalmente quando se fala de uma comunidade que vive basicamente da pesca artesã e tem o Rio São Francisco como modo de subsistência.

Por isso usamos a área do conhecimento da Museologia social junto aos conceitos e discussões a respeito da memória para elucidar caminhos que nos concebem reconhecer esses espaços de conflitos territoriais, partindo da

representação na própria pesquisa acadêmica, avançando e questionando sobre o papel da Museologia Social no compromisso com a luta e a vida daqueles que são injustiçados pelas manobras do poder e do progresso no Brasil de poucos, porém, com muitos habitantes.

Em detrimento do progresso e da ordem, objetivamos aqui reconhecer o povoado Cabeço como um lugar de memória que tem difundido saberes e práticas que recorrem à antiga habitação como rememoração do passado, com costumes e saberes ditos “tradicionais” que pertencem aqueles e aquelas que vivem isolados dos costumes ditos “civilizados”.

Essa civilização em termos de progresso trouxe regresso para outros, entender a história frente a formação de uma museologia ancorada com a vida e a luta contra as injustiças fazem com que percorramos caminhos difíceis e árduos na busca pela equiparação de direitos, principalmente no que se refere a memória daqueles que foram oprimidos durante todo o processo histórico do Brasil, desde a chegada dos portugueses.

Com as comunidades ribeirinhas não foram diferentes, habitar as beiras dos rios não é uma opção nem uma escolha, é a luta pela sobrevivência, pela existência, se tornando por muito tempo, resistência. Resistir ao caos e lutar pela vida, assim deve se aproximar a Museologia que busca gerar mudança. Para isso, Marcelle Pereira (2018) afirma:

Consideramos a indignação uma potência geradora de mudanças, sua prática impulsiona alternativas para enfrentar realidades que nos assombram, possui caráter energético. É a revolta contra um estado de coisas particularmente vergonhosa ou cruel onde, em nome de uma ética ou de uma política, situações e conjunturas desfavoráveis socialmente são impostas e legitimadas. Essas conjunturas causam estratificações e exclusões sociais que afetam drasticamente o crescimento da sociedade castrando a amplitude de oportunidades justas e igualitárias. Assim, a indignação gera o primeiro passo para a mudança, gera desconforto com o que é dado e imposto como única realidade possível. A indignação nos permite rever o horizonte da utopia como alternativa e finalmente nos faz pensar que merecemos mudar, transformar a realidade que incomoda (PEREIRA, 2018, p. 99).

É acreditando no papel transformado da Museologia social que analisaremos, pois, a comunidade ribeirinha do povoado Cabeço, município de Brejo Grande, Sergipe. Que tem sua história em torno de uma realidade drástica, onde a dor e o trauma fazem parte da vida dos antigos moradores do povoado.

O que se busca aqui é reconhecer as possibilidades existentes nessa arena de conflito territorial, social e avançar para pensar como a Museologia tem um papel dinâmico na elevação do patrimônio para além do que é considerado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que há tempos remotos só considerava como patrimônio, o material. O que foi ampliado em 1988, nos artigos 215 e 216 ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza imaterial.

Se a noção de patrimônio é construída entre a relação que envolve determinados grupos e o pertencimento, é notável, por exemplo, a importância deste lugar para a comunidade do Povoado Cabeço, buscando reconhecer, através desse estudo, as relações sociais que se efetivam na legitimação que nega a história do povo ribeirinho, tendo como subsídio a reconfiguração histórica de se pensar o lugar enquanto patrimônio em detrimento oficial, conferindo-lhe o reconhecimento e gerando significados para além do próprio pertencimento que a comunidade tem, o que amplia os horizontes em via de desenvolvimento.

Portanto, partimos agora para conhecer a história do povoado Cabeço em atento a Museologia como área do conhecimento que se expande para o estudo das ausências, da dor, perda, silêncio e o trauma que está evidentemente presente na vida dos moradores e moradoras que vivem o dilema da perda e da desterritorialização.

Inspirado pela negação do conhecimento daquilo que pensava em construir enquanto pesquisa, pautada no reconhecimento da museologia social, em busca de algo que dê bagagem para prosseguir na área do conhecimento que tivesse o olhar voltado para o território e o povo que foi marginalizado, principalmente dentro dos espaços museológicos, sem direito a memória e a

história contada, a partir de uma “Museologia inspirada pelo desejo de promover espaços de diálogos” (PEREIRA, 2018, p. 98).

Evidencia-se aqui, o território do povoado Cabeço como um lugar que promove o debate acerca da Museologia e provoca discussões que estabelece direitos ainda não estabelecidos para a comunidade, como extensão da permanência ao lugar que traduz memórias dispare.

A Museologia e seus agentes precisam encarar a realidade e ser capaz de construir pesquisas que tenham o olhar voltado a questões sensíveis e que não estão ancoradas no museu, mas nos espaços que podemos considerar “museal” a partir da imaginação, categoria defendida por Mário Chagas que tem nos ajudado a avançar para pensarmos esses espaços.

É estranho ouvir de um professor ou profissional da área se acreditava no que eu pretendia pesquisar, observando a ironia da própria negação com quem esta estava habituada trabalhar a partir do objeto material e não as subjetividades humanas que dizem respeito às vidas, estou aqui disposto a encarar a realidade do lugar de onde venho, do lugar onde a cultura, a memória e o patrimônio quase não existe e muitos não pisaram ao Museu, apenas ouviram falar.

Acreditar em potencialidades é perceber a “Museologia das ausências” nas próprias ausências da vida, colocando-se no lugar das realidades para além do próprio umbigo, saindo do pedestal para perceber que o patrimônio, a cultura e o Museu para pessoas ditas tradicionais podem ser considerado outras, como a experiência do Mário Chagas (2016), que ao perguntar ao grupo de meninos o que era patrimônio, eles responderam “Os caminhos das formigas”.

É muito conflituoso adentrar num espaço de poder, como a universidade, e passar três anos sem ouvir a palavra ribeirinha em todas e quaisquer discussões acadêmicas, mesmo quando o Campus de Laranjeiras está localizado ao lado de um Rio e de uma Colônia de pescadores. São tantos os conflitos, que parto dessa negação de lugar, de direito e de memória e traduzo isso à pesquisa que eu não só acredito como busco realizar dentro desse

espaço conservador onde alguns agentes ainda retroalimentam a lógica de um discurso oficial dito como verdade absoluta.

Brejo Grande, Sergipe, tem o IHD (Índice de Desenvolvimento Humano), mais baixo do estado, o que traduz em um aluno de graduação o desejo de representação de buscar direitos a sua comunidade. Segundo dados do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), Brejo Grande ocupa uma das piores posições no ranking do estado, como podemos ver a seguir:

TABELA

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado de Sergipe.

Município	Posição
BREJO GRANDE	73 ^o

Fonte: IBGE – Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de Sergipe. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/pesquisa/37/30255>

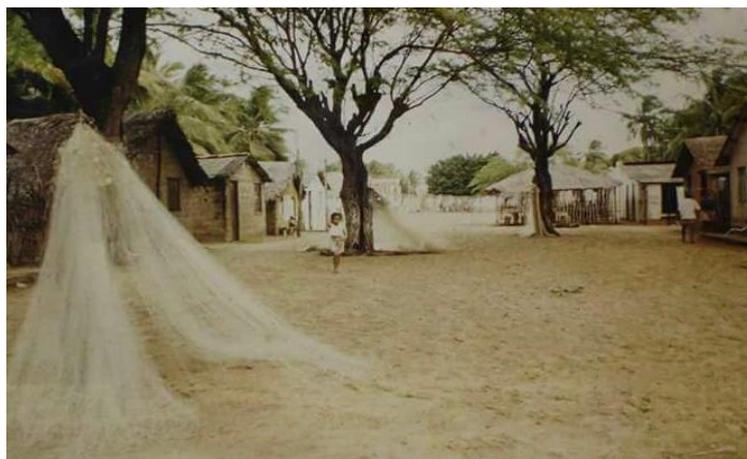
Essa realidade de desenvolvimento de uma cidade vai traduzir o modo de vida de parte da população, principalmente daqueles que vivem à margem, como no caso dos moradores do povoado Cabeço que por falta de oportunidade vivem da pesca artesã, sem direito a água encanada, energia elétrica, princípios básicos que movem a vida do ser humano na sociedade contemporânea.

Escrever sobre a história do povoado Cabeço faz parte de um processo que busca a valorização dos atores sociais que enfrentam todas as formas de marginalização, enfiamentos e luta pela garantia dos direitos e da existência, como também, pelas ausências de pesquisas, principalmente na museologia. Entre ausência, conflito, dor, memória e história; Povoado Cabeço.

3.3 Cabeço: Lugar de memórias: Lugar de muitos, território de ninguém

O povoado Cabeço está localizado no município de Brejo Grande/SE, nas proximidades da Foz do Rio São Francisco, divisa com o município de Piaçabuçu/AL. Tem aproximadamente 120 famílias totalizando-se 400 moradores que vivem basicamente da pesca artesã, principal ofício desempenhado na região.

Figura 04 – Território do Povoado Cabeço e as relações cotidianas, meados de 1990.



Fonte: Acervo pessoal do morador Antônio dos Santos.

A imagem acima traduz a vida e o cotidiano da população do Povoado Cabeço; casas simples, construídas de barro e palhas, árvores aos arredores e o que de mais considerável traz o sustento dessa população: a rede de pescar.

De acordo com (LIMA, 2016), as ruas não eram pavimentadas e eram locais pacatos para se bater papo e tecer as redes de pesca. Também eram bastante tranquilas, podendo até dormir de porta aberta para entrar vento, desse modo, prescindia-se de ventilador.

Na imagem a seguir pode-se visualizar o povoado Cabeço e por trás dele o Farol da Maria denominado Farol do Norte do São Francisco. Na árvore é possível ver crianças brincando nas tardes e uma igreja presente no local.

Figura 05 – Registro fotográfico de 1980, séc. XX, Povoado Cabeço com ênfase no Farol do Norte do São Francisco ao fundo.



Fonte:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5931/1/CAMILA_SANTOS_FIGUEREDO_LIMA.pdf

Até a década de 1990 do século XX, segundo (LIMA, 2016), a Ilha do Cabeço era um pedaço de terra onde residiam algumas famílias, tendo por volta de, sendo relatos dos antigos moradores, 120 casas, onde a população vivia fundamentalmente do consumo e venda da pesca local. Ainda assim menciona que:

Ao que parece aos antigos moradores do Cabeço o represamento das águas do rio e de seus afluentes fez com que o volume e a forças das águas diminuíssem, e foi assim

que, as maiores consequências na vida de quem habitava a foz do rio se fizeram presentes. Ao final da década de 90, o mar, com força superior ao rio, invade a Ilha do Cabeço, deixando-a quase totalmente submersa e despovoada (LIMA, 2016, p.14).

Após a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó e a construção de barragens nas encostas do Rio São Francisco, os moradores do povoado Cabeço que residiam próximo a Foz do Rio começaram a sentir dia após dia o mar adentrar e o Rio perder a força, o que ocasionou o processo de desterritorialização.

De acordo com (SANTOS, 2018), o povoado sofre com a vazão do Rio São Francisco e avanço o mar. Acrescentando que:

Essa ação ocasionou aspectos de destruição e desterritorialização das construções civis e dos moradores, com efeitos físicos; suas casas, escolas, cemitérios, igrejas que serviram, na maioria das vezes como locais de reuniões das famílias, crianças e adolescentes, dos seus entes queridos, das celebrações, pelos matrimônios e missas que reverberou em efeitos simbólicos, as relações sociais afetivas, as celebrações festas fluviais, manifestações culturais e os saberes e fazeres inerentes ao lugar. O que vai considerar ainda, que, cada estrutura física mencionada possuía seu valor, se não necessariamente artístico e/ou estético, assumia um valor histórico e afetivo para a respectiva comunidade (SANTOS, 2018, p. 3-4).

A única estrutura física que resistiu a todo o processo de vazão do Rio São Francisco e avanço do oceano Atlântico sobre o território foi o Farol do povoado Cabeço, implementado pela Marinha do Brasil na região. A partir da categoria defendida por (CANDAU, 2011, p.13), podendo entender o farol como “extensão da memória” dos moradores do povoado, como um monumento que além de demarcar o local afetado serve como acionador dessas memórias.

Como pode ser visualizado na figura 06 a seguir, o Farol em terra firme:

Figura 06 – Farol do Povoado Cabeço, séc XX.



Fonte: Acervo pessoal do antigo morador Antônio Passos.

Em 1994, os moradores do Cabeço começaram a sentir o avanço do mar sobre o rio e respectivamente sobre o povoado, em detrimento desse cenário que assola as embarcações e todas as construções civis locais. Segundo os moradores, houve resistência em continuar no local de origem, reverberando a permanência e a luta pela localidade até os anos 2000.

No entanto, com o estado avançado do mar sobre as suas residências, os moradores que ainda residiam no Povoado Cabeço, tiveram que abandonar suas casas e foram remanejados para outro povoado construído para abrigar parte destas famílias, chamado de Saramém.

Em detrimento desta análise, busca-se aqui a demonstração da visão panorâmica territorial da área do povoado Cabeço, do povoado Saramém para onde as pessoas foram realocadas. Podemos visualizar também, o porto do Rio São Francisco do povoado.

Figura 07- Localização do Porto de Saramém, do Antigo Povoado Cabeço.



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-do-Porto-Saramem-do-Antigo-Povoado-Cabeco-e-da-atual-Comunidade_fig6_317170693

As dificuldades enfrentadas pelos moradores a partir do processo de desterritorialização são muitas, e, para chegar ao Rio São Francisco, precisam caminhar por volta de 2 quilômetros para chegar a beira do Rio São Francisco, onde muitos não podem contar com transportes por conta da condição financeira.

Em visita ao povoado Cabeço no dia 26/01/2019 foi possível registrar algumas das construções dos moradores, os registros servem como fonte documento de um passado transgressor para com a vida e a dignidade humana através da retirada do território ao qual pertence ou pertencia tal grupo.

De acordo com (LIMA, 2016), o território é uma construção de entendimento e formação do próprio ser, que exerce trocas e formam laços:

O território é construído e conformado pela memória, pela saudade de um tempo e de um lugar outro; pela rede de sociabilidades com a família, demais moradores, vizinhos, agregados e acolhidos; um território discursivo, que é disposto segundo normas e leis das instituições das mais variadas

benesses. O território é o lugar do afeto, das práticas e do pensamento; da formação ou transformação do modo de ser dos sujeitos; espaço das trocas simbólicas que formam os laços sociais (LIMA, 2016, p. 31).

Como lhe dar com a ausência dos ausentes nas esferas da vida que lhe são conferidas o direito de existir em sociedade? Partindo desse questionamento sem resposta, buscamos caminhar a passos para construção da memória, do não lugar, das ausências, dor, perda e trauma.

Esses não lugares também faz parte dos não privilegiados da nação, os expurgados, como acontece com vários grupos vulneráveis em situações de condições de subalternidade.

A museologia precisa vir à tona e exercer o seu papel no direito de garantir a memória dos ausentes e revelar os não ditos nos espaços museológicos ou na própria comunidade dos atores sociais que resistiram a todo o processo.

A museologia precisa avançar e perceber que a memória é um direito crucial as vidas humanas, principalmente aquelas que nunca o tiveram do direito. É preciso sair da obviedade e partir para outros lugares em que o conflito se refugia e ninguém ousa tocar no assunto.

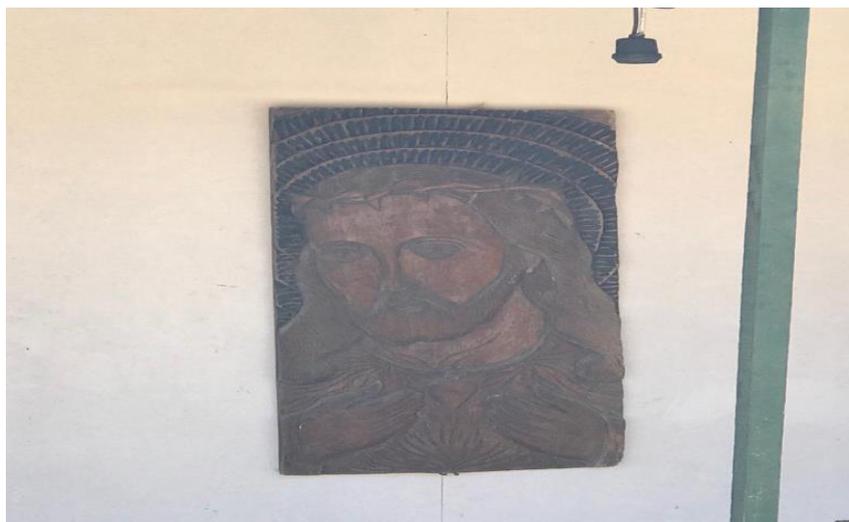
Elucidar essas memórias para o centro e reflexiona-las é traduzir a um mundo possível a existência dos não existentes que precisam existir igualmente em sociedade.

As relações de poder traduzem também a submissão dos homens frente aqueles que o detém, posicionando e refletindo assim a sua posição de dominação. “O progresso é um destino moderno e o homem moderno é definido pelo progresso. As sociedades que não o tem estão submissas àqueles que o tem, e estas usam do progresso para conservar a sua posição de dominação” (SILVA, 2011, p. 2).

Nesse aspecto, o progresso é idealizado pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó como projeto de nação que leva eletricidade para a funcionalização do Brasil. O avanço, nesse sentido, se estreita para alguns

atores sociais que são excluídos e marginalizados, sendo que a única alternativa é a segregação espaço-territorial, dominação e destruição dos seus pertences de valor inestimável, como podemos visualizar a seguir:

Figura 08 – Quadro da imagem do coração de Jesus esculpido em madeira, localizado nos estilhaços das casas do Povoado Cabeço.



Fonte: Acervo pessoal. Registro feito em 26/01/2019.

Os escombros das casas dos moradores do Povoado Cabeço revelam fragmentos da religiosidade fortemente marcada nas expressões que se materializam nos cômodos das casas. Trazer esse quadro é trazer a representação dos signos e significados que permeiam os cenários das vidas humanas e suas construções culturais.

Os fenômenos religiosos atravessam o sentido da vida, mas também traduz o sofrimento de um povo que usa a fé em busca de respostas que se encontram silenciada, como o balanço da cadeira que parou e incorporou a solidão do caos.

Figura 09 – Cadeira de Balanço, típica do interior, encontrada nos fragmentos das casas do Cabeço.



Fonte: Acervo pessoal - Darly Anderson. Registro feito em 26/01/2019

Os objetos materiais bem como as construções, os investimentos, dos sustentos retirados do Rio São Francisco, salgaram-se. O mar adentrou ao povoado levando tudo que o povo conquistou ao longo dos anos, fruto de trabalho árduo e muito suor.

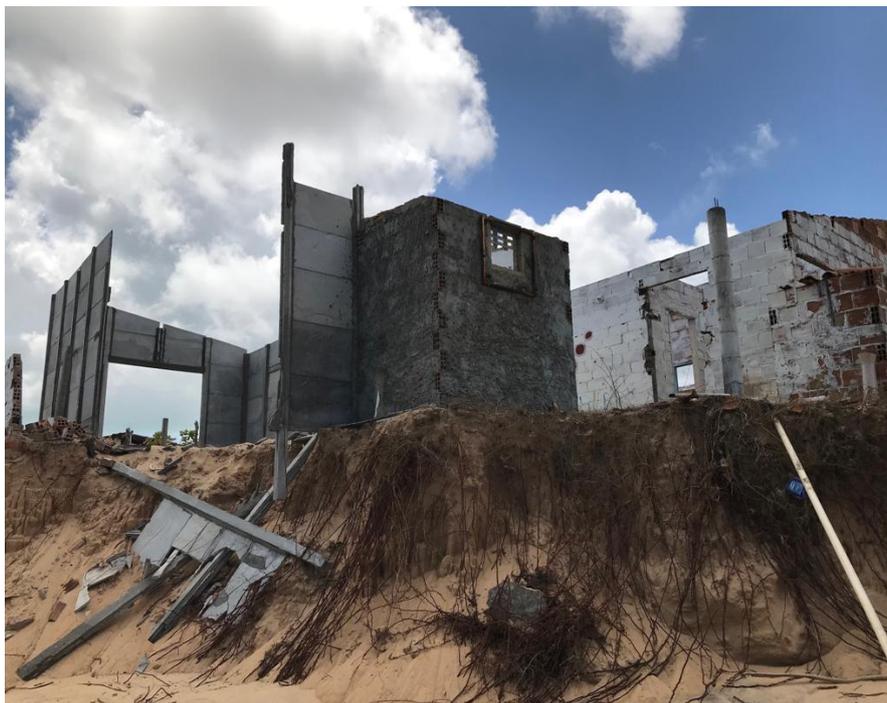
Todo ser humano busca a realização da casa própria, construção familiar e assim a formação do cenário que envolve vitórias e conquistas na formação de um território e da própria cultura. Envolvendo nesse espaço a luta pelas garantias de direito e não a perda de parte das suas manifestações materialistas.

Figura 10 – Paredão de areia e o silêncio dos moradores do Cabeço



Fonte: Acervo pessoal - Darly Anderson. Registro feito em 26/01/2019.

Figura 11 – Portas do fundo - MAR.



Fonte: Acervo pessoal - Darly Anderson. Registro feito em 26/01/2019.

Ao acordar, as portas do fundo viram o mar do infinito e as relações que sobrepõem o progresso e o desenvolvimento do país. No povoado, simbolizou

regresso para um povo desabrigado e desolados pela vida, como repercute o silêncio, o vazio ou talvez a representação do nada, como no quadro a seguir:

Figura 12 – Quadro que retrata o vazio



Fonte: Acervo pessoal - Darly Anderson. Registro feito em 26/01/2019.

Em virtude desse fragmento representativo à comunidade, traduz a memória esfacelada aos mistérios de uma comunidade que viveu um dos mais indesejados caminhos da vida: o processo de desterritorialização, sendo possível considerar a partir de Marc Augé:

Parece que o que está em jogo na construção dos espaços e na sua própria vivência, que permite a aceleração do tempo e a virtualização do espaço, é a transformação de nós mesmos em outros, algo que realizamos mas do qual não nos damos conta: “todos nós temos a impressão de estarmos sendo colonizados, mas sem que saibamos ao certo por quem” (AUGÉ, 2014, p. 210).

Evidenciando essa colocação, percebe-se mais uma vez as relações de poder presentes nesse contexto, categoricamente elucidada pela transformação das vivências aos espaços, com a aceleração de um processo

que permeia na sociedade contemporânea um sentido de colonialidade do ser em detrimento do ter. O que consolida a relação que envolve o poder. Desse modo, o poder é caracterizado como movimento em curso auto alinhado às propostas que designam os caminhos levados ao desenvolvimento contra o esquecimento.

Figura 13 – Casa de taipa, entre porta e janela



Fonte: Acervo pessoal - Darly Anderson. Registro feito em 26/01/2019.

As fotografias apresentadas acima demonstram a destruição, o abandono, silêncio e memórias estratificadas ao quais os moradores do povoado Cabeço enfrentaram. Esses registros servem como testemunho visível que documenta a ação que corroborou no processo de desterritorialização podendo ser compreendido como uma violência simbólica, envolvendo as relações de poder e dominação.

Esses espaços possuem um leque de representatividade através das relações que se estabeleciam como espaço social de vivências múltiplas e diversificadas, que são entendidas nas suas mais variadas funções;

religiosidade vivencia humana familiar, quadro que representa a ausência e as construções de um tempo de vida.

Para compreender essa abordagem em que o território é um marco difusor de análises no campo das ciências sociais aplicadas, nos refutamos para a geografia a fim de compreender os processos que transitam entre território, desterritorialização e reterritorialização. Essa categoria de análises ajudará a entender como esses fenômenos acontecem e porque se estabelecem em terras vinculadas a grupos menores.

No caso específico aqui analisado, tem-se o povoado Cabeço como parte do fenômeno de desterritorialização em virtude da Construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que surge como marco fundador de uma nova era no Brasil contemporâneo em busca do desenvolvimento.

Fuini (2017) traduz para o Brasil uma das teorias mais importantes na área da geográfica que busca através de Rogério Haesbaert compreender e solidificar essas relações de poder que se opera nas disputas territoriais. A experiência intelectual do autor tem como definição os estudos voltados para as questões geográficas na delimitação do conceito socioespacial. Busca desenvolver pesquisas envolvendo a terra e os principais parâmetros que envolvem regionalismo, fronteiras, saídas e chegadas de migrantes, contenção territorial.

Por considerar de tamanha relevância este estudo, buscamos trazer aqui parte considerável dos principais conceitos ou categorias para elucidar o processo que ocorre devido às mudanças no território aqui analisado. Portanto, o que o autor considera como território passa por três fazes:

Território não apenas se define, mas se compreende a luz dos processos históricos e socioespaciais. E por conta disso o conceito fica exposto à diferentes concepções autorais e dimensões constitutivas. Uma primeira é a que diferencia a concepção materialista do território, identificada com teorias naturalistas (ou etológicas), econômicas e jurídico-políticas; a segunda é a caracterização idealista que compreende processos de apropriação simbólica do espaço como fenômeno territorial construtor de identidade e, a terceira, é a caracterização integradora que reúne todas as dimensões e que concebe o território como definido por relações de poder,

multiescalar, híbrido em rede e indissociável da prática dos grupos sociais. (HAESBAERT, 2017, p. 23).

Esses três parâmetros de entendimento do território para as relações subjetivas vai para além de um espaço territorial aqui analisado, por exemplo, o museu pode ser entendido como um espaço território, desde que compreendido como construtor de identidades e lugar de conflito. O território vai além de um espaço vinculado a terra, mas o autor refere-se a questão espacial, esse espaço é cotrolado por diversos setores, sendo um museu considerado um território a partir desta concepção.

Nossa análise reporta também o “lugar de fala” (SPIVAC, 2010) e todas as teorias devem abarcar um sentido que dê lugar ao que pretendemos aqui entender como espaço territorial. Pode-se entender o território como apenas uma casa, como também pode visualizar e conceber como um grupo de casas. Todas essas dimensões simbólicas e de representações diversas formam aquilo que pode ser entendido como terreno fértil de representação, como se pode perceber na fala da moradora do Cabeço e Presidente da Colônia de Pescadores, Ceiça Corrente:

Em meio a tantas areias, cajueiros, água salgada e a linda imagem do encontro das águas do Rio São Francisco. Com o gigante mar, a comunidade vivia em harmonia, humildade, todos sobreviviam da pesca e todas as famílias eram envolvidas na atividade pesqueira. Os mais idosos sempre ajudaram na parte de limpar toda a produção pesqueira, os mais novos se encarregavam de fazer o trajeto do pescado para o povoado e toda a mulherada tratava e salgava. No mais, toda tarde dezenas de mulheres torciam suas próprias redes e os apetrechos de pescar, eram tecidos para vender e outra parte para manter o estoque de seus materiais de pesca. (CORRENTE, 15/01/2019).

Por isso o autor atenta-se para compreender o território como processos históricos sócios espaciais, tendo múltipla abordagem a partir da definição do conceito, permitindo o avanço nas várias análises para além da geografia, no processo de formação da identidade.

O intuito aqui é entender o conceito de território a partir das práticas humanas e suas construções que evidenciam, dessa forma, a construção de

identidade do ator social com o lugar de origem, considerando assim, um patrimônio nativo, já que parte da ideia de pertencimento ao local de origem.

Se para Mário Chagas (2002) o patrimônio é vinculado a uma esfera de poder, o território também faz parte dessa relação que envolve a memória nos espaços de disputa que se compreende através do discurso:

Composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala.(CHAGAS, 2002, p. 44).

Por outro lado, Segundo FUNAI (2017), o território é tratado como recurso dotado de valor de troca (controle físico, recurso, produção), e em um sentido de dominância simbólica, tratado como um geossímbolo, com valor de uso (abrigo, lar, segurança afetiva). Considerando mais uma vez a narrativa da Presidente da Colônia de Pescadores, Ceiça Corrente, para elucidar tais fatos do processo de desterritorialização:

A mudança para o Saramém foi de grande sofrimento pra adaptação de um povo pacato e que costumavam viver na harmonia, daí veio o projeto de casas. O povo foi mudando na medida em que o mar continuava avançando à comunidade. Chegar ao Saramém foi sofrimento, mas percebi a importância para o futuro das novas gerações. Mas veio em meio a esse desenvolvimento coisas inexplicáveis, a desunião, as desavenças, principalmente política. Queria voltar ao passado, mas as coisas boas da vida não voltam. Podemos dizer que o povoado Saramém foi um lugar escolhido pelas autoridades, não pelo povo, não foi feita nenhuma análise de consciência da população. (CORRENTE, 15/01/2019).

O espaço do povoado Cabeço, com suas construções evidentes possui seu valor, se não necessariamente artístico ou estético, possui seu valor histórico, cultural e de uso para a respectiva comunidade. A destruição total e o desaparecimento do povoado provocam nos moradores memórias da dor e do trauma, vivenciado pelo processo que desintegra os seus corpos do local, porém a memória permanece ativa ao passado e atual presente. Como podemos perceber nas narrativas das moradoras, Maria Josineide e Gilmeire Arcanjo:

O Povoado Cabeço, só temos lembranças, mas eu acho que lá era melhor, o povo era mais unido, pra tudo tinha combinação, a gente vivia mais bem a vontade, porque lá não tinha essas que tem hoje. Lá era tudo tranquilo, não tinha tanta violência, se chegasse alguém desconhecido à gente se reunia e não deixava entrar no Povoado. Lá era uma rua só que a gente ia até a beira do rio né!? Agora o Mar a distância era muito grande, era uma distância que a gente tinha até preguiça de ir pra praia, era mais ou menos uns 45 segundos para chegar na praia. Hoje a gente se pergunta como o mar avançou assim tanto, eu fui uma das que tentou ficar lá, eu vou nada “homi” sair do meu lugar pra vir para o Saramém, eu digo, eu não vou me acostumar lá nunca. Eu moro aqui há 20 anos, mas eu sinto muita falta de lá, do Cabeço. A gente tenta esquecer né!? Mas não tem como, derrepente a gente se pega lembrando (JOSINEIDE; ARCANJO, 16/03/2019).

Compreender essas relações em que as vidas são postas a uma condição do direito à memória do trauma, faz com que os usos do território estejam em constante desterritorialização. É possível lembrar, no entanto, jamais viver sem dor de ter que deixar seu local de origem à custa do progresso. Seu Eronildes Teles (Benide) relata através do exercício de evocar as lembranças do passado o momento trágico que foi perder seus bens materiais e através do seu depoimento, pode-se perceber a violência do Mar ao adentrar na comunidade.

O Cabeço era um paraíso, lá era uma ilha, só se chegava embarcado e só se saía embarcado. Mas depois da Construção dessa Barragem de Xingó, acabou-se o Cabeço. O mar invadiu, perdi três casas lá. As casas lá eram tudo de taipa logo quando eu cheguei, só tinha duas que eram de bloco, perto do farol. Uma vez eu tava dormindo mais meus filhos, minha mulher tinha ido para Aracaju, a água do mar entrou pela porta da frente e saiu na do fundo, os coqueiros viravam assim; pou, pou, o mar batia e eles virando, Colégio, Igreja, tudo derrubou (TELES, 16/03/2019).

Essas lembranças e a saudade daquele tempo traduz o que era viver no Cabeço e como eram construídas as relações de sociabilidades. Os signos e significados permeiam esse território com o tom de fraternidade social, que pode ser entendido como a relação de troca, pois segundo os moradores, o Cabeço era uma família. Esse laço de afetividade que envolve os moradores apresenta a escassez dos recursos, se comparado aos tempos atuais. Os

laços fraternais eram estabelecidos pela necessidade de sobrevivência, pela relação de troca.

Esquecer e lembrar também faz parte do processo histórico de vida dos moradores do povoado, às vezes é necessário esquecer para não viver a dor, pois a memória também se constrói e reconstrói no percurso do poder, que sinaliza o trauma e os reconstrói como lugar da violência simbólica as vidas, como sinaliza Mário Chagas:

O poder em exercício empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma concepção de mundo, mas como o passado é um não-lugar e o seu esquecimento é necessário, as possibilidades de insubordinação não são destruídas. O tesouro perdido não está no passado, está perdido no presente, mas importa lembrar (ou não esquecer) que ele pode surgir abruptamente incendiando os vivos. (CHAGAS, 2002, p. 67).

É a partir dos vivos que se compreendem o presente, evocando o passado através de uma construção histórica que tem como foco os próprios corpos que enfrentaram todo o processo, restando apenas o único material que resulta da resistência, que serve como acionador das múltiplas memórias existentes as vidas dos atores sociais do povoado Cabeço.

Figura 14- Farol do povoado Cabeço.



Fonte: <https://www.destaquenoticias.com.br/mar-avanca-sobre-o-velho-chico/farol-do-povoado-cabeco/> 26/01/2019.

Entre galhos que se separam automaticamente com a saída dos moradores, o único material que permanece visível é o Farol do Norte do São Francisco, construído pela Marinha do Brasil para sinalizar as embarcações o local que assegura terra firme. Como mostra os relatos, as casas ficavam próximo ao Farol, o que restou apenas água e lembrança que se cruza com dor e sofrimento quando é acionado através dos moradores.

A pesquisa aborda essas relações para a construção de um “não lugar” efetivamente se pensada na questão que envolve os corpos e o território. Não tem como dimensionar o tamanho da violência simbólica que os moradores carregam como marcas no corpo, no entanto, as memórias dilaceradas são capazes de elucidar os acontecimentos transgressores intervindo na busca pelo lugar do reconhecimento das memórias silenciadas. Ouvir os moradores também é um caminho que se busca aqui entender e legitimar a sua fala como o principal alvo de contestação da história que se tem como verdade desses fatos e acontecimentos local.

É preciso, é urgente que o pensamento museal, como afirma Marcelle Pereira (2018), garanta a luta do direito a memória de grupos negligenciados. A pesquisa busca evidenciar o campo das memórias na busca pela contemplação de uma história atrelada ao território de “ninguém” que por outro lado tem muitos envolvidos na construção do pacto e desenvolvimento nacional. “A museologia em movimento, busca por esse atendo a valorização e identificação das memórias que retratam as dificuldades, lutas, resistências, e conquistas, inaugura uma possibilidade de reconhecimento, visibilidade e transformação”. Nesse caso, a pesquisa aqui elencada aponta possibilidades de reconhecimento a memórias que partem do lugar do silenciamento para o fortalecimento das vozes, como da história e do próprio ator social tendo sua em uma construção participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou evidenciar a reflexão acerca da Museologia Social que, tem dirigido o seu olhar para a comunidade dentro da perspectiva do reconhecimento, e, tem dado espaço para que as pesquisas acadêmicas avancem na multidisciplinaridade e entre em contato com o território na busca pela valorização em virtude de uma contrapartida da história contada pelas partes de cima.

Tem atuado desta forma, na conceituação do lugar de fala do outro, e, dando vez às possibilidades de transformação de uma realidade social a partir dos Museus que surgem como estrutura da própria subversão, não atendendo as prerrogativas esperadas por aqueles que sempre conceberam esses espaços a ser adaptado a grandes casarões, impondo esse modelo como centro de difusão da cultura e de um pensamento social colonizador, que através das coleções imortalizam através da musealização nomes e renomes. Recorrer a esse entendimento da Museologia Social faz com que os caminhos trilhados estejam em constante consentimento do lugar onde a ausência é palco da luta por reconhecimento.

Evidentemente, o capítulo em questão buscou elencar as discussões acerca da Museologia Social, incluindo os documentos importantes, a Declaração de Santiago do Chile (1972), Declaração de Quebec (1984) e Declaração de Caracas (1992), que oficializaram e contribuíram para o fortalecimento da existência enquanto área do conhecimento, baseando-se nos embates políticos acadêmicos e nas construções de agentes totalmente políticos, engajados e que incorporaram a luta na Museologia para a integração de grupos e povos “minoritários”.

É dando seguimento ao engajamento da Museologia Social que se assume aqui compromissos éticos com a sociedade e com o meio social, buscando nessa área do conhecimento refúgio para ampliar o olhar para além do Museu estruturado, tendo o território como porte de análise e a comunidade de pescadores como parte desse processo no reconhecimento de sua trajetória desde 1997 até os dias atuais, ao qual o povo ribeirinho vive e resiste

enfrentando o avanço do progresso, que afeta diretamente as vidas, as relações e as visões de mundo.

Para isso, no segundo capítulo, foi preciso pensar na configuração dos agentes promotores do desenvolvimento e na construção da memória relativo às questões que envolvem as relações de poder e interesse, subalternidade, conflitos, esquecimentos, silêncios e traumas.

Com isso, evidenciamos alguns autores clássicos que pensaram a memória enquanto conceitos e categorias que abarcam uma coletividade, no sentido, evidente, das construções memorialísticas, consagrados e postos a lugares de rememoração do passado vinculando a esfera do Museu enquanto instituição e sua formação através dos conflitos, presença, ausência, e o poder que outrora ocupa esse espaço com a concepção de valor.

Discutir as memórias, nesse sentido, sinaliza para as questões que envolvem os silêncios e os traumas de vivências humanas e grupos marginalizados, excluídos e sem direitos, analisando a categoria defendida pelo Museólogo Mário de Souza Chagas “imaginação museal” que possibilita avançar para a concepção de mundo dos atores sociais nas abordagens que envolvem território e violências simbólicas.

Considera-se ainda que o mundo encantado de Mnemosyne precisa ser problematizado e questionado, priorizando os emblemas que são construídos a partir da mitologia grega e impacta a construção de cidade e de memória do mundo ocidental, que ao longo dos anos se desenvolvem aos espaços museológicos, arquivos e bibliotecas partindo dessa construção embrionária.

O que buscamos nessas abordagens é desvendar as teias de Mnemosyne, que surge nesse trabalho como metáfora desse entre lugar em que os grupos, em específico os ribeirinhos são postos, o lugar da subalternidade, sem direito a memória e a história. Nesse caso, em virtude da concepção da mitologia grega que envolve as musas no campo do saber museológico, seriam, pois, os ribeirinhos os grupos marginalizados essas teias que formam as fragmentações e precisam aparecer na Museologia, não como algo que suja o ambiente, mas como traduz a história pela própria concepção

de lugar, de fala e de especificidades que tornam as teias excluídas socialmente dos espaços, casulos presentes que desvenda aí as memórias do convívio com o ser mnemônico.

No último capítulo, abordamos as questões que envolvem o território e os atores sociais em todo o processo de desterritorialização, analisando esse entre lugar na configuração da permanência e das ausências que são postas as vidas.

Buscou-se trazer a memória de uma mulher e Museóloga negra, que trilhou pesquisas evidenciadas e questionando sobre esse lugar nos Museus, através da perspectiva Decolonial, tendo como base e referencia a produção da sua tese para o engajamento da luta a favor das minorias, e, principalmente, da denuncia que questiona e também possibilita ampliar o olhar do profissional para essas questões que envolvem memória e poder atrelada ao que chama de “museologia das ausências”, surgindo como um despertar para esse olhar humanizado as relações que envolvem Museu e sociedade, elevando a concepção de Museu não como espaço museológico, mas espaço museal, que se constitui a partir do reconhecimento de espaços que não são institucionalizados, mas partem da lógica e concepção de uma imaginação fortemente interligada entre as relações que envolvem a Museologia no contra fluxo das questões que permeiam engessamentos do corpo, das relações e das coisas, como forma de resistência e luta.

Evidenciando que a Museologia deve estar a serviço da sociedade e dos povos tradicionais, não expurgando estes que contribuem com a formação Brasileira, elucidando dentro dos Museus essas fábricas de processamentos de pessoas que vieram e colonizaram os povos. É nesse sentido, que no capítulo Mário Chagas traz uma abordagem que desperta a pesquisar os grupos marginalizados e principalmente os movimentos sociais como processo de luta e afirmação de uma identidade. Tendo como exemplos, os LGBTs, o MST e incorporamos aqui também a luta e resistência do povo ribeirinho do Povoado Cabeço pelo território.

Em evidência a esses fatores, percebeu-se aqui que a vazão do Rio São Francisco se deu pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que teve

como principal objetivo, possibilitar energia elétrica para grande parte do território brasileiro. Por outro lado, os impactos causados as vidas são muitos, as fotografias são documentos que traduz a violência física e simbólica, por outro lado, as narrativas dos entrevistados mostram como era harmoniosa viver no Cabeço.

As falas dos atores sociais repercutem e sinalizam para as violências acometidas as essas populações, que vive na realidade da exclusão do direito, pois são nesses lugares que existem as disputas pelos territórios de “ninguém” acontecem e violentam aqueles que sem direitos permanece no lugar das ausências, conflitos, dor e trauma de ter perdido o lugar, elucidados pelas lembranças traumáticas.

A Museologia precisa sair da zona de conforto para ir a campo, pesquisar e problematizar questões que envolvem os grupos minoritários, pisar os pés no território e sentir a realidade daqueles que também fazem parte da história, fazendo uma varredura contra pelo, como sinaliza Mário Chagas. Para tanto, considera-se que essa pesquisa não buscou uma conclusão fechada, pois é evidente que o povoado Cabeço tem muito mais o que se pesquisar, o que questionar, problematizar e contribuir com histórias, memórias que permanecem silenciadas e esquecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. M. *A Fabricação do Imortal*. Edição 1 ed. Rio de Janeiro: Rocco/Lappa, 1996. v. 1000. 200p. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/index.php/livros1/item/50-a-fabricacao-do-imortal/50-a-fabricacao-do-imortal>. Acesso em 27 de nov. de 2018.
- ALCOFF, Linda Martín. *Uma epistemologia para a próxima revolução*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31. Número 1. Jan./Abril de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00129.pdf>. Acesso 23 de fev. de 2019.
- AVELAR, Luciana Figueiredo. *Museus comunitários no Brasil: O ponto de memória do Museu do Taquari*. Rio de Janeiro, março de 2015, 1 – 122. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13691/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AVELAR%20Luciana.pdf. Acesso em 12 de dez. de 2019.
- BRITTO, Clovis Carvalho. *Memória Submersa: A economia do trágico no Museu-Casa Cora Coralina*. MAST. Disponível em: revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/.../646. Acesso em 22 de jan. de 2019.
- BRITTO, C. C. de. PRADO, P, B. do. Museu Casa de Cora Coralina e o luto estratificado em memórias femininas. *Museologia & interdisciplinaridade*. v.7 n. 13 (2018). Dossiê Estudos de Museologia e Gênero. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17755>. Acesso em 15 de jan. de 2019.
- CAFÉ, Daniel Calado. *Patrimônio, Identidade e Memória: Proposta para a criação do Museu do território de Alcanena*. Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Lisboa, ULHT (2007).
- CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira, São Paulo, contexto 2011.
- CHAGAS, M; GOUVEIA, I. *Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)*. Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2592/1523>. Acesso em 15 de jan. de 2019.
- CHAGAS, Mário. *Memória e Poder*. Dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia v.19, n. 19, jun. 2002.
- CHAGAS, Mario Souza. *Patrimônio é o caminho das formigas....* In: Anais do Museu Histórico Nacional, 2016. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=patri monio%20e%20o%20caminho%20das%20formigas>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

CPDOC - FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro – RJ – 22253-900. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco-chesf> . Acesso em 15 de jan. de 2019.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. *Princípios de base de uma Nova Museologia* (1984), Versão eletrônica consultada a 05.03.2019, em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>.

FOLHA DE SÃO PAULO, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/12/brasil/18.html>. Acesso em 11 de fev. de 2019.

FUINI, Lucas Labigalini. *O Território em Rogério Haesbaert: Concepções e conotações*. Geografia ensino & Pesquisa. Vol. 21, n. 1 jan/abr. (2017). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>. Acesso em 01 de fev. de 2019.

ICOM (1972), *Declaração de Santiago de Chile*. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm. Acesso em 07 de dez. de 2018.

ICOM (2013b), “Support Culture and Museums to Face the Global Crisis and Build the Future” (Lisbon Declaration). Disponível em: [http://www.icom-portugal.org/multimedia/Lisbon%20Declaration_April_2013\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/Lisbon%20Declaration_April_2013(1).pdf). Acesso em 01 de fev. de 2019.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. tradução Bernanrdo Leilão ... [Et al] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, C. S. de Figueiredo. *Do Cabeço ao Saramém: um ensaio sobre degradação ambiental e economia da produção social em um município do baixo São Francisco sergipano*. 2016. 87 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MATOS, J, S; SENNA, A, K, de. *História Oral como fonte: Problemas e métodos*. *Historiae*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MICHAEL, Pollak. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.01. 2. I, 1989, p.]-1'.

MINOM (2013), *Declaração MINOM Rio 2013*, V Conferência Internacional do Rio de Janeiro, 8-10 de agosto de 2013. em <http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>. Disponível em 12 de dez. de 2018.

MOUTINHO, Mário, Canova. *Definição evolutiva da Sociomuseologia*: proposta de reflexão. Cadernos do CEON – Ano 27, n.41 – Museologia Social.

MOUTINHO, Mário Canova. *Sobre o conceito de Museologia Social*. V. 1 n. 1 (1993); Cadernos de Sociomuseologia.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas*. *Educ. rev.* [online]. 2015, n.58, pp.37-53. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.43471>. Acesso em 15 de out. de 2018.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Proj. História*, São Paulo. V.10. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em 16 de nov. de 2018.

ONU (1987), “*Our Common Future*”. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em 11 de nov. de 2018.

ONU (1992), “*Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf>. Acesso em 02 de nov. de 2018.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. *Metodologia da pesquisa*: abordagem teórico prática. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

PEREIRA, D; CARRIERI, A. *Movimentos de Desterritorialização e Reterritorialização na transformação das organizações*. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, Art. 13, jan./jul. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a13.pdf>. Acesso em 12 de out. de 2018.

PEREIRA, M, R, N. *Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Departamento de Museologia, Lisboa, 2018. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/marcelle_pereira.pdf. Acesso em 05 de mar. de 2019.

POLLAK, M. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3 – 15.

PRIMO, Judite Santos. *Pensar contemporaneamente a Museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, Nº 16, Ano 1999. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/dspace/handle/10437/3780>. Acesso em 15 de out. de 2018.

QUEIROZ, Edvan, Aquino de. *Novo museu, velha Museologia: uma análise museológica do memorial inacabado da Novocap (2005 – 2013)*. Brasília/DF, 2013. Disponível em: bdm.unb.br/bitstream/10483/6094/1/2013_EdvanAquinodeQueiroz.pdf. Acesso em 12 de out. de 2018.

QUERO, Lorena Sancho; SANCHO, Emanuel. *Sujeitos do património: os novos horizontes da museologia social em São Brás de Alportel*, e-cadernos 21/ 2014. Disponível em <https://journals.openedition.org/eces/pdf/1780>. Acesso em 22 de dez. de 2018.

RIOS, Kénia Souza. *História Oral: que história é essa?* Cadernos do Ceon – Ano 14 nº 12 – Unoesc – Chapecó – Junho/2000. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2126/0>. Acesso em 8 de mar. de 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva, trauma e Cultura: um Debate*. REVISTA USP, São Paulo. n. 98 p. 51-68 . junho/julho/agosto 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/revusp/article/download/69270/71727/0. Acesso em 15 de jan. de 2019.

SILVA, S. C. da. **Patrimonialização e desenvolvimento**. Anais do I circuito de debates acadêmicos. Code 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo5.pdf>. Acesso em 5 de fev. de 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. Disponível em: <https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em 2 de dez. de 2018.

UNESCO (1972), “Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>. Acesso em 11 de fev. de 2019.

VARINE, Hugues de. 2012. *As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz. 256 páginas. Disponível em: revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/.../250. Acesso em 4 de mar. de 2019.